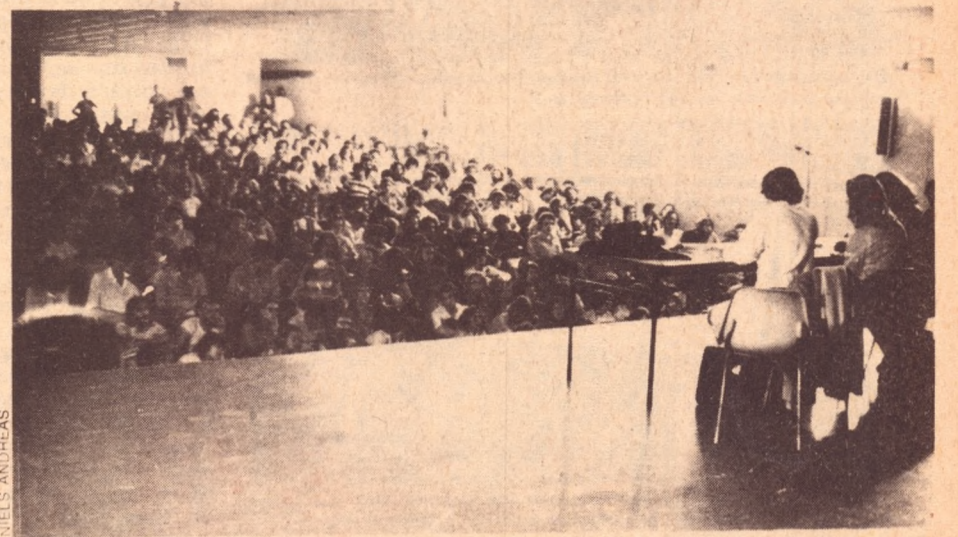


# EXILADOS RETORNARÃO AO BRASIL EM AGOSTO

Trata-se de um plano audacioso. Dezenas de exilados desembarcarão de sopetão em aeroportos brasileiros no próximo mês de agosto, apoiados por ampla mobilização para garantir o retorno. Este foi um dos assuntos mais discutidos em reuniões paralelas ao 30º Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, em São Paulo. Núcleos que organizam a luta pela anistia em vários Estados estão dispostos a lançar uma ofensiva conjunta para trazer todos de volta, o mais rápido possível, a começar por aqueles tantos que não têm condenação política em Auditorias Militares no Brasil.

Págs. 6 e 7.



NIELS ANDREAS



NIELS ANDREAS



NIELS ANDREAS



## 1968—1978 Os dez anos da greve de Osasco

O ex-líder metalúrgico José Ibrahim, hoje exilado na Europa, relembra instantes decisivos da Greve de Osasco, cuja eclosão completa dez anos esta semana. Ocupação de fábricas, passeatas, enfrentamento com os patrões, repressão militar. A coragem, a experiência e os erros do movimento, na pág. 12.



## Fidel Castro responde aos Estados Unidos

Fidel Castro, primeiro-secretário do Partido Comunista de Cuba e presidente dos Conselhos de Ministros e de Estado, foi entrevistado, em Havana, por três jornalistas das principais redes de televisão dos Estados Unidos. Da íntegra da entrevista, publicamos as respostas que Fidel deu às acusações do governo norte-americano sobre a presença de Cuba na África e as explicações sobre a estratégia cubana de apoio à luta revolucionária no continente negro.

Pág. 10

**Quem  
representa  
os patrões?**

Pág. 5

**Nonoai:  
a briga  
pela terra.**

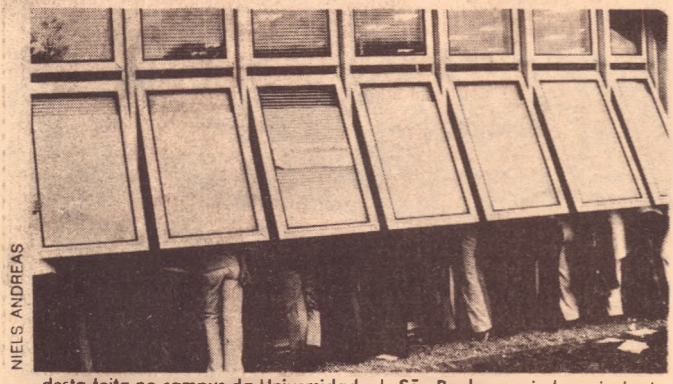
Pág. 4

**Recife:  
as ameaças  
da repressão.**

Pág. 11



F a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC — consegue realizar mais uma reunião nacional, a 30.



desta feita no campus da Universidade de São Paulo, reunindo mais de cinco mil pessoas. Destaque para algumas palestras e (poucos) debates...



mas protesto pela precária organização do encontro, protesto geral contra as péssimas condições de trabalho.

# No esquadrão, o ABC da tortura política.

**Policiais apontados como torturadores de presos políticos são também acusados de assassinar batedores-de-esquadra e outros marginais, em nome do Esquadrão da Morte.**

Uma longa experiência em torturas e execuções de marginais ou supostos marginais parece ser a peça mais considerável do currículo de muitos dos agentes da polícia política denunciadas no nº 17 deste jornal. Entre os 233 torturadores apontados por 35 prisioneiros do regime, há muita gente envolvida em processos do Esquadrão da Morte, pelo menos em São Paulo.

A coincidência é tão grande que estimula a indagar qual é a relação entre os massacres do Esquadrão e as torturas e mortes aos presos políticos. "Mudaram os nomes das vítimas e os objetivos das torturas, mas os torturadores ficaram sendo os mesmos", disse um juiz de São Paulo, "Há uma identidade entre os marginais executados pelo Esquadrão e os presos políticos: ambos são fracos", comentou um jornalista com longa experiência em cobertura de fatos dessa natureza.

**As Coincidências**  
1) - O delegado de polícia Josecyr Cuoco, apontado no relatório dos 233 como chefe da equipe de interrogatório do DEOPS em São Paulo, está citado várias vezes nas investigações sobre o Esquadrão da Morte. Entretanto, promotoria alguma jamais conseguiu envolvê-lo em qualquer processo. "Ele é mais liso que quiabo", brincou um funcionário do Fórum de São Paulo.

2) - O delegado de polícia Raul Ferreira ("Pudim"), da Delegacia de Ordem Política e Social entre 1969/1970, figura em inúmeros processos, ora acusado de corrupção, ora de mandante de crime. E tido como o autor intelectual do homicídio praticado pelo Fininho, contra o punquista Raimendinho.

3) - Investigador José Campos Correa Filho (Campeão), de DEOPS, entre 1969 e 1970. Homem de confiança de Fleury, está envolvido em vários processos de homicídio, quase sempre com o próprio Fleury. Todos os homicídios apontam como autor o Esquadrão da Morte.

4) - Investigador José Carlos Trelli, da DEOPS desde 1969. Este aqui tem praticamente a mesma "ficha do Campeão": vários processos do Esquadrão, quase sempre com Fleury.

5) - Delegado de Polícia Ernesto Milton Dias, da DEOPS em 1970. Nos autos do processo do Esquadrão.

há versões de que ele seria o "Lirio-Branco", ou seja, o "relações-públicas" e encarregado de informar a imprensa todas as execuções feitas pela organização. (Essa função teria sido exercida, anteriormente, pelo delegado Alberto Barbour.)

6) - Investigador Sálvio Fernandes Monte, da DEOPS em 1970. Seu nome está em vários processos do Esquadrão. Morreu em acidente automobilístico em 1977 e estaria ligado à morte de Lindalva Trajano, em Diadema. Lindalva sabia bem demais a história do grupo e foi enterrada viva e teve os seios atravessados por um arame, pelo próprio Esquadrão da Morte. Um caso de "Justicamento".

**Outros casos**  
Nem todos os torturadores políticos do relatório desses lauréis em seus currículos.

Ostentam, entretanto, outros tipos de títulos. O delegado de polícia Edsel Magnotti, da DEOPS desde 1969, estreou no Fórum de São Paulo a lei 4898 e 9 de dezembro de 1967, sobre

abuso de poder. Megnotti foi acusado de violência contra o oficial de Justiça Oswaldo Militello. E verdade que nem todos tiveram fim tão "glorioso".

A regra geral, no entanto, parece ser a impunidade. Se não bastasse o exemplo do próprio delegado Sérgio Paranhos Fleury, acusado em vários processos do Esquadrão e apontado como torturador por numerosos presos políticos, hoje no posto de delegado-geral do Departamento de Investigações Criminais de São Paulo (DEIC), haveria outros. Como o do sargento da Polícia Militar Dulcídio Vanderlei Boschila, do DOI-Codi, que hoje pode ser ouvido diariamente, por quem sintonizar a rádio Capital, na hora do comentário esportivo. Boschila alterna suas atividades de sargento com as de comentaristas e juiz de futebol.

Carlos Moreira

Rio de Janeiro

# Oposição de professores

"Todas as decisões de governo na área da Educação sempre foram tomadas de cima para baixo, sem qualquer participação dos professores e sem consulta a seus órgãos representativos. Por isso é tão importante organizar os professores em torno de suas entidades, fortalecendo, fundamentalmente, o sindicato". Essa convocação, feita por Francilio Paes Leme, da Chapa 2 (oposição) que concorre às eleições do Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro, é dirigida a cerca de quatro mil associados, para que compareçam às urnas, dias 20, 21 e 22 próximos.

Ganhando mal, sem carteira assinada, sem Fundo de Garantia e até mesmo sem receber as férias a que têm direito, a maioria dos 35

mil professores do Rio tem dado preferência a se organizar em torno de associações, o que levou ao maior esvaziamento da atividade sindical. Agora, uma diretoria que se mantém há mais de 12 anos, esta sendo questionada. O apoio das associações à Chapa 2, por isso mesmo, poderá ser decisivo. No programa da Oposição, os pontos principais, segundo depoimento de Francilio, são os seguintes: luta pela liberdade, autonomia e unidade sindical e democratização do sindicato; luta pelo direito de greve; luta contra o arrocho salarial, por melhores condições de trabalho e de remuneração; luta pela participação do sindicato e de todas as associações de professores nas decisões referentes ao ensino. (H.R.)

Bahia

# Oposição bancária

Depois de um processo eleitoral tumultuado e com várias irregularidades denunciadas pelas duas chapas de oposição, o atual presidente do Sindicato dos Empregados nos Estabelecimentos Bancários da Bahia, Eraldo Paim, foi reeleito no último dia 3, com mais de 1700 votos.

Este resultado está sendo contestado pelos integrantes da chapa 3 - Participação e Organização - que através do seu advogado, Adelmo Oliveira, poderá entrar com um mandado de segurança pedindo a realização de novas eleições. Tendo obtido mais de 700 votos, a chapa de oposição entende que o presidente reeleito não conseguiu maioria absoluta, que deveria ser calculada em cima dos 4.167 associados com condições de votar e não dos 2.907 que votaram efetivamente. Nesse caso o resultado da eleição é nulo, afirma a chapa 3.

O atual presidente foi de-

nunciado pelos componentes da oposição de ter-se utilizado até de força policial para expulsar os bancários e o advogado da chapa 3 da sede da entidade no dia das eleições. Além disso não cumpriu as determinações legais de imediata abertura da sessão pública e permanente de apuração e realizou as votações no interior do Estado sem publicação prévia de edital de convocação.

Edelson Ferreira dos Santos, candidato à presidência pela chapa 3, afirma que esta chapa vem mantendo os bancários mobilizados em torno dos últimos fatos e reafirma sua disposição na luta pela liberdade sindical e livre expressão dos bancários no processo eleitoral. Defende também o direito de greve, a volta de data base dos reajustes salariais, estabilidade de emprego e o fim da locação de mão de obra nos bancos. (Sucursal de Salvador)

# Aonde vamos?

Encerra-se a reunião do simpósio sobre "Modelos Políticos e Alternativas Nacionais". São mais de 18 horas do dia 12. Há um corre-corre pra todo lado, grupos de pessoas se espalhando em procura de outras reuniões, outras palestras. Desmobiliza-se o acampamento de mais de mil pessoas, entre elas os cientistas sociais e políticos encarregados de apresentar ali (para debate) algumas hipóteses de desdobramento da atual conjuntura.

Os professores Fernando Henrique Cardoso e Francisco Wefort, bastante solicitados, continuam falando sobre os temas de suas exposições, agora de modo mais franco e informal. Esboça-se um debate.

- Fernando Henrique, você que além de cientista político é também candidato a senador, você acha que o regime vai conseguir efetivar suas reformas e sair-se bem com elas?

- Eu acho que vão falar de reformas e vão fazer conciliação. Eu acho que esse setor do regime (que encaminha a conciliação) tem muita possibilidade, no curto prazo, de prevalecer. Por que? Porque as forças populares estão se movendo, mas ainda estão fracas; isto não é senão o começo. No entanto, tal fato não deve nos desanimar. Temos que ver se as ditadas reformas abrirão algum espaço para continuarmos na conquista de maior espaço. Agora, eu acho que a tendência para a conciliação é grande.

- Conciliação como? Que conciliação? Isto passa pela transa entre Magalhães e Figueiredo, né?

- Acho que sim, acho que passa... - E o Euler Bentes também entrará na jogada conciliadora, deixando de lado sua candidatura, deixando a dita Frente de Redemocratização?

- O general, feita a conciliação Magalhães-Figueiredo, fica numa posição mais difícil. Como é que o MDB vai ter um candidato se o Magalhães corta, sai fora da Frente? Seria ele um anti-candidato? Não pode ser, pois o general Euler está dizendo a toda hora que é o candidato da unidade! Ele não pode ser o anti-candidato, então. Agora, convém ao MDB e às forças populares ter um candidato que vai perder e que não é o anti-candidato?

- Não sei, Mas, tirando o seu time da Frente de Redemocratização, o Magalhães tira automaticamente a possibilidade eleitoral do Euler ou de qualquer outro candidato frente ao Congresso, né? Logo, já não tem nem mais sentido falar em candidaturas.

- Se Magalhães fizer isso, daqui por diante a Frente fica pra trás! (rindo após o comentário, Fernando Henrique pede licença para se retirar, pois tem gente esperando por ele noutro canto).

## CUIDADO! A DITADURA NÃO ESTÁ CAINDO.

- Professor Wefort, pra onde caminha a nossa situação política? Eu não acho que a ditadura esteja assim tão perto do fim, você acha? O regime já assumiu a ofensiva das reformas...

- É. Tal como a coisa tá andando, eu acho que os maiores as possibilidades de um aperfeiçoamento institucional do regime. O governo lançou seu projeto de reformas e, enquanto isso, você vê que a oposição (o MDB) está toda fechada em torno da questão eleitoral, visando eleger ou reeleger seus quadros etc. Assim, o MDB não tem tido tempo ou não tem política para apresentar como alternativa. O máximo que a oposição diz é o seguinte: - queremos democracia já! Mas nem sequer se discutiu as reformas. Faz-se uma crítica genérica às "salvaguardas" e mais nada. Fica assim um espaço aberto para o regime. É um espaço que o regime conquista no meio das oposições.

- Mas para alguns setores oposicionistas e para o MDB oficial, pelo menos, a alternativa apresentada parece ser a da Frente de Redemocratização, incluindo aí a exigência de uma Constituinte?

- Esta Frente só não naufragou ainda porque o prazo definido pela direção do MDB, pelo Ulisses Guimarães, ainda não esgotou (...), mas o mínimo que se pode dizer sobre as oposições parlamentares diante da Frente é que tais oposições estão numa atitude muito ambígua. Quer dizer: eles jogam para agosto uma decisão que, em agosto, provavelmente será velha, que seria uma decisão de engajamento eleitoral.

- Olha, Wefort: há pouco o Fernando Henrique falava sobre a hipótese de casamento entre Magalhães e Figueiredo, abrindo-se assim caminho para uma saída aparentemente conciliadora do regime. Como você analisa esta hipótese?

- Acho que o casamento dos dois é possível, embora em não tenha informação pra dizer mais que isso. Agora, creio que a hipótese da conciliação envolve um sentido mais amplo que a simples união Magalhães-Figueiredo. A coisa pode levar até a um acordo entre setores mais conservadores do MDB e setores do regime. (J.B.)

# Médicos, um passo adiante.

O movimento dos médicos, que começou com os residentes, mas que já está se irradiando para toda a categoria, traz à tona, de forma explosiva, as precárias condições de assistência da rede hospitalar e as condições de emprego e remuneração de um pessoal até hoje considerado como elite.

Tudo isso, que poderia surpreender a maioria das pessoas, só pode ser entendido conhecendo-se a história desde o começo, e a própria estrutura da divisão de trabalho dentro dos hospitais. Porque nada do que está acontecendo é espontâneo. Há cerca de dois anos, um congresso de médicos residentes, em Olinda, bastante concorrido, já tirava como reivindicação o piso de cinco salários mínimos. De lá para cá, as associações regionais engrossaram-se, ganhando cada vez mais adeptos, em cima da propaganda da reivindicação e da preparação do movimento.

Algumas lutas, no ano passado, já serviram como preparatórias da atual, de maior fôlego. Na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, os acadêmicos de 6º ano (atualmente residentes) já lutavam por remuneração no internato. Nesse processo foram se elegendo os representantes das associações dentro dos hospitais. A eleição da oposição sindical para o Sinmed (Sindica-

to dos Médicos do Rio) foi reflexo de uma mobilização crescente e contribuiu para respaldar ainda mais as formas de organização independentes. Na greve atual, a Associação dos residentes reúne, promove assembleias e dá entrevistas na sede do sindicato, cujo jornal deu um forte impulso à divulgação das teses do movimento.

Por outro lado, dentro de um hospital comum (excetuando-se os hospitais-escola, geralmente, ligados a Universidades), os residentes cumprem cerca de 60% de todo o atendimento, desde a entrada do doente, passando pela assistência no ambulatório, pronto-socorro e até cirurgia. Fica claro que, com eles parados, os hospitais fecham prá balanço, ou quase isso. As alternativas de que as direções hospitalares poderiam lançar mão, já estão descartadas. Em alguns hospitais do INPS, os sextanistas, que poderiam cobrir (mais ou menos) a lacuna, entram em greve junto com os residentes. Suas condições de trabalho são ainda piores: trabalham de graça e, quando recebem alguma coisa, é a título de pró-labore, na base de Cr\$ 1.400 a Cr\$ 2.000. Eles serão residentes no ano que vem e estão bastante organizados, pois em quase todas as escolas de medicina, as entidades estudantis estão funcionando

a pleno vapor. Dos quintanistas nem falar: eles estão aproveitando o movimento atual para ir tratando de organizar o seu. Como não ganham nada em parte alguma o que pretendem é isso mesmo: trabalho remunerado.

Os médicos "contratados" ainda poderiam quebrar o galho, de maneira igualmente precária, pois a reação da categoria a isso, baseada em princípios éticos, é muito grande. E, além do mais, o Sindicato está começando a discutir sua reivindicação de aumento salarial, de 5 para 10 salários mínimos. Sem falar na solidariedade, esta sim, espontânea, que se alastra entre enfermeiros e atendentes...

Não resta dúvida que a greve dos médicos, em todo o país, vai se afirmando como o primeiro passo numa tomada de posição contra toda a situação de saúde reinante no país, onde proliferam as clínicas particulares, com excesso de especialização, elitização do atendimento médico-hospitalar, processo cujo curso o governo não tem o menor interesse em alterar, tanto que não lhes dá audiência por ocasião da fixação das políticas sobre controle de natalidade, campanha de vacinação em massa etc. O que está à vista, agora, é só a ponta do iceberg. (J.R.)

# Quem responde pela inflação?

O que os trabalhadores estão querendo não é a reformulação da política salarial, mas a sua revogação. Que se deixe a coisa a critério das partes interessadas, através de negociações diretas entre patrões e empregados. O esclarecimento foi feito por Hugo Martinez, secretário do DIEESE - Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos Sociais e Econômicos -, ao comentar uma recente entrevista do Ministro da Fazenda. Martinez considerou paternalista a opinião de Simonsen, segundo a qual os sindicatos mais fracos só teriam a perder com o desaparelhamento da fórmula de reajuste salarial e a institucionalização das negociações diretas.

"Deixa que esses sindicatos mais fracos venham aprender com os mais fortes, porque enquanto houver essa política salarial e essa fórmula de decretar reajustes, não há chance para a gente se exercitar. Eles não dão chance para o dirigente sindical nem para o trabalhador se exercitarem" disse.

Hugo Martinez rebate também a alegação de que não existem ideias para melhor distribuir a renda, e que o DIEESE está cansado de propor que a distribuição comecê pelo aumento salarial. Segundo ele, isso não causaria inflação, pois os preços sempre correm na frente dos salários e, além do mais, se o aumento vai sair do lucro

das empresas, não inflaciona coisa alguma. "Está na cara que o governo já optou por um desenvolvimento com inflação, procurando controlá-la, mas não tendo como acabar com ela. Os sindicatos já perceberam isso e, no pé em que está a situação, para os trabalhadores, desde que eles obtenham aumento, não é desvantajoso, não".

A verdade é que os sindicatos não aceitam mais segurar o abacaxi, assumirem a culpa pela inflação, recessão, desemprego, ameaças que os empresários lançam contra o governo e, periodicamente, o governo devolve à classe trabalhadora, com o objetivo claro de induzi-los ao conformismo. (M. R.)

# GREIBAIS FINAIS

**METALÚRGICOS/** Irrupção a ocorrência de fraudes é uma das principais preocupações dos componentes da chapa 2 - de oposição - que concorre nesta semana às eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas. Segundo Manoel Dantas Alcântara, candidato à presidência pela Chapa 2, foi contratada uma assessoria jurídica para fiscalizar o andamento do pleito e muitos metalúrgicos voluntários acompanharão o processo para evitar as manobras, roubos, alterações de listas de votantes e demais irregularidades semelhantes às ocorridas nas eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. O Sindicato de Campinas tem 18 mil associados e espera-se que 13.500 compareçam às votações.

**COOPER/** A greve dos empregados da Cooperativa de Consumo dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul terminou no último dia 4 de julho com a vitória dos grevistas. Estes conseguiram concluir um acordo com a direção da empresa que concede os 21% de aumento salarial reivindicados, além de estabelecer que os quatro dias de greve serão abonados e também que a empresa não fará nenhum represália contra os grevistas.

**PROFESSORES/** Os contratados da Rede oficial de ensino da Bahia, conseguiram finalmente que o governador Roberto Santos cedesse e atendesse parte de suas reivindicações, depois de quase um mês de greve. O professor primário contratado, terá seu salário aproximado ao do efetivo até março do ano que vem, quando passará a ganhar Cr\$ 1.865,00. Os dos níveis 2 e 3 foram porém prejudicados: ganham atualmente Cr\$ 14,00 hora/aula e em março de 1979 estarão recebendo Cr\$ 29,36, enquanto que o efetivo já ganha Cr\$ 58,00. Já os professores do 2º grau, foram os grandes beneficiários da greve: de Cr\$ 19,00 vão passar a receber Cr\$ 58,26 hora aula, ultrapassando inclusive o salário efetivo que ganha Cr\$ 52,00.

**DEMISSÕES/** A Associação dos Sociólogos do Brasil e a Sociedade Mineira de Sociologia denunciaram a demissão de dois professores da Universidade Católica de Minas Gerais. Segundo o comunicado, a instituição aproveitou os meses de férias para despedir os professores julgados "indesejáveis", como Wellington Teixeira Gomes e Nair. Apesar das razões "administrativas" alegadas pela instituição para justificar a dispensa, as razões efetivas são outras: a posição de crítica dos professores diante da deterioração do ensino na UCMC.

# Assine EM TEMPO!

Nome..... Profissão.....  
Idade.....Endereço..... Bairro.....  
Fone..... Cidade..... Estado..... CEP.....  
End. Comercial..... Horário..... Fone.....  
Estou enviando o cheque nº..... do Banco..... em nome da Editora Aparte S/A  
Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP 30.000. Em São Paulo: Rua Mateus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo, (SP), CEP 05415, fone 853-6680.  
Anual Cr\$ 500,00 Semestral Cr\$ 250,00

**CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO:** Aluísio Marques, Alvaro Caidas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr, Antonio Sérgio de Souza, Bernardo Kucinski, Cláudio Câmara, Emiliano José, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Raul Anglada Font, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente), Superint: Carlos Tibúrcio, Flávio Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flaminio Fantini.  
**DIRETORES:** Antonio de Pádua Prado Jr, Flaminio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Presidente).  
Secretário de Redação: Carlos Moreira.  
Produção e Secretaria Gráfica: Paulo Roberto M. Borges  
Editor-Geral: Jorge Batista.  
**EDITORIAS** Internacionais: Carlos Tibúrcio (editor) Carlos Eduardo Matos e Lionel Almeida (Sub-editores), Altair Moreira, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Maria Cristina Pflau, Marlon Frank; **Nacionais:** Antonio Espinosa, Carlos Savério, Eduardo Fernandes, Flávio Resende, Geraldo Nascimento, José Luiz, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr, Paulo Sérgio, **Cultura:** José Arrabal, Maria Rita Kehl, e Sérgio Squilanti. Aguilando

Meyer, Arnaldo Xavier, Claudio Camargo, Edmur Gomes, Ethel Leon, Fátima Diniz, Flávio Aguiar, Gilberto Morgado, Nadine Habert, Paulo Nassar, Sérgio Ali.  
**Arte:** João Bosco L. Brandão, Sérgio L. Papi (diagramação) Beto Maringoni, Duto Bicalho, Zezo (ilustração); Ennio Brauns F., João Roberto Martins F., Niels Andreas (fotos).  
**Revisão:** Alfredo Maria Gabriel de Souza, Rubens Adorno.  
**Arquivo-Pesquisas:** Luis Camillo de Pieri, J. Mcura Marinho, Maria Quinteiro, Silvestre Prado.  
**SUCURSALS**  
**Brazilia** (S.C.S. - Edifício Maristela, s/1103): Marco Antonio, Marina Juarez, Rita de Cássia, **Recife** (R. Anibal Falcao, 127 - Fracões): Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo (coordenação), Fred Navarro, Paulo Santos, Rebeca Scaturil, Alzira Medeiros, Elaine Veloso, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M. Noqueira (administração). **Belo Horizonte** (R. Bernardo de Guimarães, 1884): Alberto Duarte (chefe da sucursal), Edgar da Maia-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Flávio Andrade, Haroldo Quintão, João Antonio de Paulo, João Machado, Lélito Santos, Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Barcala, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Asphan, Virgínia Pinheiro (redação), Mariza

Araújo (administração). **Curitiba** (R. José Loureiro, s/1203 - Edifício Mauá): Paulo Sá Brito, Reinoldo Atern. **Porto Alegre** (Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20): Ana Barcos Pinto, Gerson Schirmer, Jandira César, Jorge Garcia, Letícia Menezes, Marcelo Matte, Marcelo Lopes, Paulo Fogaca, Rejane Fernandes. **Salvador** (Av. 7 de Setembro, 202 - s/501): Adelmo Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria. **Rio de Janeiro** (R. da Lapa, 200 - s/408): Aduato Novas, Alan Albuquerque, Antonio José Mendes, Bernardo Naran, Carlos Alberto Baia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hasselmann, Fernando Coelho, Jamir de Menezes, Jorge Ricardo Gonçalves, Luis Merelles, Liga Bahia, Luiz Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Arão Reis, Margarida Aurlan, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Camara, Orlando Guilhon Braga, Regina Maria Braga, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Caidas.  
**ESCRITÓRIOS**  
**Araçáju** (SE): David Dantas. **Campinas** (SP): Fátima Barbosa, João Roberto Martins F. **Fernando Barros, Fortaleza** (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araújo (redação), Daniel Santos, José Sarava

Jr., Vinício Araujo (administração e distribuição), **João Pessoa** (PB): Aurélio Aquino, Geraldo de Araújo, Manuel Campus. **Natal** (RN): Cicero Correia, Francisco de Assis.  
**Administração** São Paulo: Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa de Silva, Edvaldo Luiz Silva, Elvira Oliveira, João Carlos Leme, Nilo Sérgio Diniz, Samira Zaidan, Hélio Gomes.  
Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcia Ramos de Souza (São Paulo); Arnaldo Alonso Barbosa (Belo Horizonte); Adelmo Oliveira (Salvador).  
Diretor-Responsável: Robinson Ayres.  
**EM TEMPO** uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardo de Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte) Redação: Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP: 05415 - Telefone: 8536680. Grupo Editorial - Composto e impresso nas oficinas da PAT - Publicação e Assistência Técnica Ltda. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 - Pinheiros (SP) - Telefone 8537461. Distribuição: Fernando Chinaglia Distribuidora S/A, Rua Teodoro da Silva, 907 (RJ) - Telefone 368-9112. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal.

# QUEM DEFENDE QUEM TRABALHA?

Reunidos em Porto Alegre, advogados trabalhistas de vários Estados discutiram a legislação sindical e as reformas do governo.

**“Na verdade existem dois direitos que atingem a grande massa. O Direito Penal e o Direito do Trabalho. Mas o primeiro atinge o trabalhador de forma repressiva, na porrada mesmo, botando na cadeia. O Direito do Trabalho é o único que ele conhece para defendê-lo”**

**Será? A indagação foi feita durante o I Encontro Nacional dos Advogados Trabalhistas, realizado em Porto Alegre, dias 5, 6 e 7 de julho, com a presença de cerca de 150 advogados de vários Estados, na sua maioria ligados a sindicatos de trabalhadores.**

**As teses aprovadas neste encontro foram sintetizadas na Carta de Porto Alegre. Elas procuram traduzir as reivindicações que estão surgindo no movimento operário depois das greves dos últimos meses. A própria decisão, tomada no final da reunião, de criar a Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas, surge num momento em que a reativação da vida sindical abre novos horizontes também no chamado “mundo jurídico”.**

Em Tempo entrevistou alguns dos advogados trabalhistas participantes do Encontro.

**—Como ficará a Legislação Trabalhista depois das últimas greves?**

**CARLOS ARAÚJO (Porto Alegre)**—Existem três reivindicações que são centrais para o movimento operário: autonomia sindical, direito de greve e estabilidade. Conjugadamente. Os três pontos não podem vir separados. A legislação sobre sindicatos, que hoje pertence ao direito público, deve passar ao direito privado. E deve haver liberdade de associação entre categorias diferentes de trabalhadores. Por exemplo, os bancários podem ter interesses em comum em determinado momento com os metalúrgicos ou com o setor da construção civil.

A autonomia sindical significa completa desvinculação entre Estado e estrutura sindical. A legislação atual tem uma origem claramente fascista. E ela resistiu nos últimos 35 anos a passagem de governos tanto autoritários como populistas. Eles nunca tocaram nela. E a primeira vez que se fala em autonomia sindical neste país. No ascenso da luta de classes entre 61 e 64, nunca se colocou o problema da autonomia sindical. É interessante inclusive ver porque naquela época não se pôde abordar o tema. O direito de greve também nunca existiu em termos jurí-

dicos no Brasil. As greves sempre existiram de fato, nunca foram reconhecidas legalmente.

**C.A. PAULON (Rio de Janeiro)**—Já existe uma movimentação dos operários que coloca suas reivindicações como classe. Mas ela se defronta com uma organização sindical que a proíbe. Em São Paulo nós tivemos uma greve que foi considerada ilegal, porém legítima, dentro de uma estrutura sindical legal que é ilegítima. Reformar a legislação trabalhista é o grande compromisso que se deve ter com o trabalhador brasileiro.

**EDÉSIO PASSOS (Curitiba)**—As greves são ainda um fenômeno muito recente. E preciso passar um bom tempo com movimentação nas bases sociais para que isso se reflita no nível jurídico.

**TARSO GENRO (Porto Alegre)**—A principal reivindicação é a transformação em lei do que está estabelecido na Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que permite ampla autonomia e liberdade sindical.

**GERSON PISTORI (São Paulo)**—A autonomia sindical implica o direito de greve e a negociação direta com o empregador, sem nenhuma tutela.

**—Qual o papel das Comissões de Fábrica num sindicalismo não atrelado?**

**GERSON PISTORI**—O exemplo mais claro de comissões operárias é o da Espanha, onde surgiram como estrutura paralela aos sindicatos franquistas, totalmente dirigidos pelo Estado. Aqui no Brasil, apesar de todos os defeitos, de alguma maneira os sindicatos representaram o operário. Em muitos casos levaram suas reivindicações. Aqui as comissões devem surgir ligadas ao sindicato, existindo para fortalecê-lo, e não como estrutura paralela, como aconteceu na Espanha.

**EDÉSIO PASSOS**—Acho que as comissões já têm espaço, principalmente nas empresas com mais de cinco mil trabalhadores. Numa fábrica com 50 pessoas, o controle patronal é muito mais direto. Por outro lado os trabalhadores não precisam se organizar dentro da fábrica. Eles podem se organizar fora e agir lá dentro.

**“A legislação atual tem uma origem claramente fascista. Eles nunca tocaram nela”**

**—Qual a relação entre a rearticulação sindical e a articulação de partidos?**

**C.A. PAULON**—Existe uma grande injustiça com relação à classe trabalhadora. A estrutura sindical proíbe a atividade diretamente política, mas a proibição só vale para os trabalhadores. O empresário, não só controla os meios de produção, mas também participa diretamente do processo político através das suas associações de classe.

**EDÉSIO PASSOS**—A relação entre partidos e sindicato é boa como perspectiva. Mas ainda não se sabe nem a forma nem o conteúdo que teria uma articulação sindical. Há mais de 40 anos os sindicatos estão sendo utilizados pelo governo e pelos partidos políticos. Na medida em que o movimento está começando a se libertar de baixo para cima, ele não tem ainda uma clareza sobre a articulação sindical com o fato político. O trabalhador hoje até desconhece esta vinculação do fato sindical com o fato político. E, por outro lado, acontece que os partidos que poderiam ser criados numa democratização do País também não têm clareza sobre como fazer esta articulação e chegar à vida sindical.

**—O governo já tem preparada uma reforma da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. O que se sabe sobre este “Pacote”?**

**C.A. PAULON**—Tanto os trabalhadores como os juristas e advogados brasileiros desconhecem as reformas. Elas têm sido anunciadas pouco a pouco, na base do pinga-pinga. O que se conhece não passa de alterações formais. Nenhuma vantagem para o trabalhador no campo do direito coletivo do trabalho, que é o ponto central da legislação.

**GERSON PISTORI**—O que se pode fazer é pressionar através da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e dos meios de comunicação para que, em primeiro lugar, os textos sejam publicados. Porque o anteprojeto de reforma da CLT já está pronto mas está sendo apresentado em pedaços. O pedaço das férias, o pedaço da Segurança e Higiene do Trabalho e agora a Introdução. Isto serve para evitar uma oposição maciça à reforma, mas reflete também a confusão do governo, que não sabe o que quer neste terreno.

**“Há mais de 40 anos os sindicatos estão sendo utilizados pelo governo e pelos partidos políticos”**

**TARSO GENRO**—As reformas do governo não podem ser aceitas. Os advogados trabalhistas vão organizar uma série de encontros regionais para promover uma discussão ampla do tema.

**—Qual é o saldo político deste I Encontro?**

**C.A. PAULON**—O Encontro foi consequência da mobilização dos advogados através da OAB. Além disso, está a organização específica dos advogados trabalhistas. Num momento em que se quer reformular toda a sociedade brasileira, é preciso alterar a legislação trabalhista. E o advogado do sindicato está mais voltado para isso pela sua vivência cotidiana com os trabalhadores. E também porque os próprios fatos sociais forçam a gente a tomar uma posição. A greve que foi feita em São Paulo de uma forma pacífica, encontrou uma legislação completamente superada. Não adiantou nada a Justiça do Trabalho considerar a greve ilegal. A legitimidade dela ficou estabelecida pela resposta do empresário, que concedeu o que os trabalhadores estavam pedindo.

O Encontro se dá neste contexto. Neste momento existem associações de advogados trabalhistas no Rio, (onde duas organizações reúnem cerca de 500 sócios), em Minas, Santos, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. A partir destes núcleos ficou decidida agora a criação da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas.

**“Não adiantou nada a Justiça do Trabalho considerar a greve ilegal”**

**EDÉSIO PASSOS**—O Encontro foi muito positivo porque não se ficou discutindo problemas técnicos, mas sim as questões do trabalhador neste país. O que se colocou foi a liberdade sindical, e a estabilidade para o trabalhador.

**GERSON PISTORI**—Em São Paulo, por exemplo, os advogados trabalhistas nunca têm tempo de se encontrar para discutir. Agora é que estamos pensando numa associação. E preciso organizar toda a categoria.

**TARSO GENRO**—É a primeira vez que se coloca no Brasil, por parte dos advogados, a presença da classe trabalhadora no mundo jurídico.

**—A alternativa para o movimento operário é a unidade ou o pluralismo sindical?**

**Edésio Passos**—A pluralidade sindical não significa que não haja unidade no movimento operário. São duas coisas diferentes. Num sistema de pluralismo sindical pode haver uma grande unidade do movimento operário. Como aconteceu no caso da França, onde quatro ou cinco confederações se unem em determinado momento para fortalecer o movimento operário. Por outro lado, pode haver uma grande desagregação do movimento sindical em países com uma central única. E o caso concreto do Brasil, onde existe o sistema de sindicato único e o conjunto do movimento operário ainda está desagregado e dividido.

A reformulação sindical no Brasil deve ser pluralista porque isso vai fortalecer as várias experiências que podem ser feitas pela classe trabalhadora. Pode haver um período inicial muito difícil, em que haja muita dispersão. Mas este período é necessário para que se possa chegar a um segundo momento de unidade.

**CARLOS ARAÚJO**—Se houvesse hoje uma legislação admitindo o pluralismo sindical, surgiria um grande número de sindicatos fantasma feitos pela CIA e pela burguesia. Tudo para dividir. Em termos concretos, o pluralismo não é a proposta mais correta. A unidade sindical deve prevalecer.

**TARSO GENRO**—O Encontro aprovou o pluralismo sindical por ampla maioria.

**GERSON PISTORI**—O momento não é de discutir isso, mas sim a liberdade e autonomia sindical, o direito de greve e a estabilidade. A discussão da pluralidade deve ficar para um segundo momento e deve ser feita de baixo para cima. Em todo caso, minha opinião pessoal é de que deve haver unidade sindical. Com a herança colonialista que temos no Brasil, o pluralismo pode ser uma arma contra o próprio trabalhador. (Carlos Aveline e Luci Ayala - Sucursal de Porto Alegre).



## A carta de Porto Alegre

*O eixo principal do Encontro dos Advogados Trabalhistas foi a discussão das reformas da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com a defesa do contrato coletivo do trabalho, da estabilidade no emprego sem prejuízo do atual fundo financeiro, o reconhecimento do direito de greve e a revogação das leis de arrocho. Foi acentuada também a necessidade de revogação das leis que regulamentam a organização sindical, com a instituição da plena autonomia em relação ao Estado e à liberdade de organização.*

*Tomou-se posição favorável ao plurisindicalismo, ou seja, a possibilidade dos trabalhadores se organizarem em mais de um sindicato por categoria profissional. Esta tese, embora majoritária, teve que vencer a oposição daqueles que viam no pluralismo sindical uma porta aberta para a mani-*

*pulação dos sindicatos por interesses estranhos à classe trabalhadora e um perigo de fracionamento do movimento operário.*

*A Carta de Porto Alegre - aprovada pelo Encontro - coloca também, entre outras, as seguintes reivindicações:*

- A manutenção dos direitos da mulher e do menor;
- A revogação das leis sobre trabalho temporário;
- Uma regulamentação justa para o trabalho no campo e a reestruturação da propriedade da terra;
- Elevação do salário mínimo que, segundo a Constituição, deve permitir o sustento do trabalhador e sua família;
- Anistia aos trabalhadores despedidos por atos de exceção;
- Repúdio à exigência de atestado ideológico nas empresas públicas e privadas.

# Líder metalúrgico cassado em Minas

Prevista para encerrar-se sexta-feira, a eleição para o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem começou sob o signo do autoritarismo, como denunciou a Oposição Sindical, Chapa 2. Dois de seus membros foram impedidos de compor a chapa pela Delegacia Regional do Trabalho, apenas 60 horas antes de começar a votação. Uma história já muito antiga de utilização de dois pesos e duas medidas para golpear as lideranças mais identificadas com os trabalhadores.

**J**oaquim José de Oliveira, 56 anos, oito filhos, metalúrgico desde 1953, operário a vida inteira, foi impedido pela Delegacia Regional do Trabalho de concorrer às eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, que terminaram na noite de quinta-feira.

Razão alegada: o “velho” Joaquim, o Joaquim “Guerreiro”, ou o Joaquim “Trovão”, como é carinhosamente conhecido entre os trabalhadores, é inelegível porque, quando a entidade sofreu intervenção governamental após a greve de outubro de 1968, ele fazia parte da diretoria.

“Seu” Joaquim é sindicalizado desde 1960 e já levou para dentro da entidade mais de três mil operários. Diz ele: “Só em 1968 sindicalizei mais de dois mil companheiros. Tenho por hábito fazer isso. Ele passou da fase de experiência e eu já tô no pé dele.”

Atualmente ele trabalha na Indústria de Máquinas Agrícolas Altivo. Ficou sabendo de sua impugnação no dia 7, ao meio-dia, 60 horas antes do início das eleições, marcadas para o dia 10. “Eu vim aqui no sindicato procurar o médico - diz ele.

O João Silveira então me passou o documento da Delegacia do Trabalho me dando o ciente de que eu tava impugnado. Já entreguei o processo pro advogado. Quero que ele vá até o fim, faça um levantamento, mostre qual é minha culpa. Minha culpa que eu tenho como trabalhador é de passar fome, de faltar a condição de vida. Por que o dia que eu chego em casa com um litro de leite os meninos perguntam se tem algum doente. Sou eu sozinho pra sustentar oito meninos. De modo que esse é o meu crime”.

Em 1968, “seu” Joaquim era vice-presidente da entidade. Eleito, ele continuou ligado à produção. “Mas vinha aqui no sindicato todo

dia pra trabalhar de qualquer coisa, diz ele. Nosso sindicato tinha só três ou quatro funcionários. Não era como hoje que a empresa tem mais de 120 empregados.”

Ele prosseguiu: “No momento em que recebi a impugnação o presidente do sindicato disse que eu compreendesse, que não tinha mão dele nisso. Mas a gente sabe por fontes oficiais que a Chapa 1 do João Silveira foi lá nessa fonte, que é a DRT, dando uma imagem da Chapa 2, a nossa, dizendo de tudo, que tinha elemento infiltrado. Eu

considero que ali foi colocada a mão deles.”

Essa história de gente “estranha”, a Chapa 1 espalhou pela Cidade Industrial. Um boletim da Chapa 1 lançado no último domingo diz o seguinte: “Companheiro Metalúrgico. Tem chapa orientada por elementos estranhos ao meio metalúrgico, que desejam jogar o seu Sindicato no buraco, colocando a classe em dificuldade. Vamos continuar com a atual diretoria - Chapa 1 - que só aceita as idéias dos próprios metalúrgicos.”

Alberto Lima, o “Berzé”, que trabalha na indústria Belgo Mineira



seu Joaquim

como desenhista há quase dez anos, também foi impugnado, sob alegação de que pertence a outra categoria profissional, embora esteja registrado no Sindicato dos Metalúrgicos há cinco anos.

O delegado substituído da DRT, Jair Augusto de Oliveira, explicou que a “portaria 343/74 e o artigo 350 da Consolidação das Leis do Trabalho estabelecem que não podem ser eleitos para cargos administrativos ou de representação sindical, nem permanecer no exercício desses cargos os que tenham sido destituídos de cargo administrativo ou de representação sindical.”

A Oposição Sindical denunciou o fato com uma nota oficial: “O autoritarismo manifesta suas garras. As impugnações se baseiam em leis feitas para tornar permanente a escravidão operária. Denunciamos estas leis, a CLT, a portaria das eleições sindicais. A CLT é um verdadeira AI-5 para o trabalhador”.

### HISTÓRIA DE DOIS PÉSOS E DUAS MEDIDAS

O zelo jurídico da DRT é muito curioso. O uso de dois pesos e de duas medidas parece ser da preferência do Delegado Regional do Trabalho, Onésimo Viana. Por exemplo: em janeiro de 1964, Onofre Martins Barbosa presidia o Sindicato dos Metalúrgicos. Na época ele já estava articulado com o golpe, mas foi afastado por decisão de um grupo de diretores que pretendiam organizar a classe para a luta e desatrelar o sindicato do Ministério do Trabalho, juntando-se nesse objetivo a outros sindicatos.

Alegando problema de saúde, Onofre se licenciou. Enio Seabra

assumiu a presidência. Com o golpe, a DRT nomeou uma junta interventora para dirigir o sindicato. Presidente da junta: Onofre Martins Barbosa, auxiliado por Sebastião dos Santos, diretor na gestão que acabava de ser deposta.

Em 1965, Onofre organiza uma eleição. Ele próprio encabeçou a Chapa Única, a despeito de seu nome constar na diretoria que sofreu intervenção em 64. Naquela época, o mandato sindical durava dois anos. Portanto, em 67, houve outra eleição. Enio Seabra encabeçava a Chapa Verde, de Oposição, que “encarnava um objetivo maior pras lutas de classe operária - explica Enio -, nosso programa era luta contra o arrocho, pelo direito de greve, contra o FGTS.”

Onofre Barbosa não concorreu dessa vez. Foi premiado com a indicação para a diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. Indicação, sim, porque a eleição para o cargo de Federação e de Confederação é indireta.

O sr. Onésimo Viana impugnou a candidatura de Enio Seabra, alegando o que ele se esqueceu de alegar quando Onofre Barbosa foi eleito presidente do sindicato em 65. Enio entrou na justiça. Ganhou e pôde concorrer. Foi eleito mas não tomou posse, porque o sr. Onésimo Viana o cassou antes ainda de tomar posse. Assumiu o Antonio Santana, vice-presidente da Chapa Verde. Em 1º de outubro de 1968, finalmente, o sr. Onésimo Viana cassou a diretoria inteira, acusando-a de estar à cabeça de uma greve. Em 69, entrou o sr. João Silveira, bom amigo da Delegacia do Trabalho.

# “Queremos terra para trabalhar”

Depois de vários meses acampados nas estradas e cansados de esperar soluções do governo gaúcho, 150 famílias de colonos expulsos das reservas indígenas de Nonoai invadiram a Fazenda Sarandi. Eles querem terra para trabalhar, como deixaram claro num ato público realizado na Assembléia Legislativa, em Porto Alegre. Um deles declarou ao plenário: “Eu quero conseguir terra no Rio Grande do Sul. Saindo, eu iria resolver o problema do governo e iria criar um problema para mim e para minha família. As mulheres e crianças pediram, pelo amor de Deus, para não sair. Sou casado há 11 anos, tenho quatro filhos e nunca pedi sustento para ninguém. Eu enxergo com os meus olhos as terras que existem no Rio Grande e que estão nas mãos dos grandes granjeiros”.



SUCURSAL DO RGS

1961. “O Governo do Estado atendendo pedido de 1.000 famílias “sem terra” dos municípios de Sarandi, Nonoai e outros, as quais apelaram para o Governo para que lhes possibilitasse fixação ao solo e um trabalho agrícola eficiente, resolveu declarar de utilidade pública e de interesse social, para fins de desapropriação, a “Fazenda Sarandi”, no município do mesmo nome com 24.239 hectares para realização de planos especiais de colonização nos termos do artigo 174, (parágrafos 2º, 3º e 4º) da Constituição do Estado, para pequenos agricultores sem terra da região.

Declarada de urgência, por determinação judicial, o Estado fez um depósito, em Sarandi, na importância de Cr\$63.000.000,00 para iniciar a ação.” (extraído da Mensagem à Assembléia Legislativa do sr. Governador do Estado dr. Leonel Brizola).

1978.

Mais de 150 famílias de posseiros expulsos das reservas indígenas de Nonoai e pequenos agricultores sem terra invadiram as terras da Fazenda Sarandi, de propriedade do Estado e arrendada a grandes proprietários como Ari Dalmolin, presidente da Federação das Cooperativas de Trigo, e a Madeireira Macali.

Cansados de esperar soluções do Governo do Estado, os colonos, que há meses encontram-se em péssimas condições de vida, acampados nas estradas, resolveram tomar iniciativas próprias para solucionar seus problemas.

“Não vamos para terras estranhas, queremos terras na Fazenda Sarandi”, escreveram os colonos numa das barracas do acampamento, numa negativa clara a solução encontrada pelo Governo do Estado em transferi-los para Mato Grosso.

Enquanto isso, a Secretaria de Segurança transformava o Parque de Exposições de Esteio, próximo a Porto Alegre, em verdadeiro campo de concentração. As dezenas de famílias que se recusam a ir ao

Mato Grosso e ainda permanecem no Parque foram proibidas pela polícia de participarem do painel “Nonoai: Índios e Colonos” promovido pela Associação dos Sociólogos do Rio Grande do Sul e pela Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI), na segunda feira dia 3 de julho.

Depois do ato público “Terra Para Quem a Trabalha” onde os colonos não só participaram mas defenderam seus interesses e se propuseram a permanecer no Rio Grande do Sul, a Secretaria de Segurança proibiu a entrada no Parque de Esteio para quem não tiver credencial por ela fornecida, bem como a saída dos colonos para atos públicos.

No sábado, partiram os dez ônibus contratados pelo Estado para o transporte das 77 famílias que se transferiram para Mato Grosso e às pressões aos que ficaram somam-se as promessas fantasiosas das vantagens que encontrariam em “Terra Nova”, denominação da área em que se instalariam os colonos gaúchos na região Centro-Oeste.

O secretário da Agricultura, Getúlio Marcantonio, afirmou a imprensa que “as famílias de agricultores sem terra que invadiram a Fazenda Sarandi não serão expulsas do local”, mas seriam reassentadas no Rio Grande do Sul ou fora dele assim que a Secretaria do Trabalho e Ação Social efetue seu cadastramento. O Secretário Marcantonio admitiu, também, publicamente, que as terras ocupadas pela Madeireira Macali, pela Granja Brilhante, pela família Dalmolin já há muito tempo deveriam ter desocupado as terras da Fazenda Sarandi pois o objetivo de sua encampação fora para o reassentamento de colonos.

Essa não é a opinião do governador do Estado, Sinval Guazzelli.

Antes de embarcar para os Estados Unidos, o governador afirmou que: “O Estado, embora todos os esfor-

ços dispendidos, não consegue reintegrar-se na posse da Fazenda Sarandi e estamos aguardando uma retomada através da Justiça para afastarmos os arrendatários daquela área. Enquanto isso não se efetivar, não há possibilidades de fazermos ali reassentamentos de agricultores.”

Certamente, não é essa a posição dos agricultores sem terra. Na tarde do dia 4, quando o presidente do Setor Jovem Metropolitano, José Carlos Oliveira, acompanhado por jornalistas da imprensa independente, foram debater com os colonos alojados em Esteio as primeiras atividades do Comitê Unitário de apoio e solidariedade aos agricultores, no dia 29 de junho, foram detidos por mais de uma hora e proibidos de entrar em contato com os colonos.

No verdadeiro campo de concentração onde se encontram, o isolamento, seguramente, não será suficiente para arrefecer o ânimo de luta dos colonos pela permanência no RS. O exemplo dos que ficaram em Nonoai e agora tomam a iniciativa de invadir e tomar conta de terras do Estado apenas servirá para fortalecer-lhes ainda mais na decisão de permanecer e lutar pela “terra para quem a trabalha”.

## No tapete da Assembléia

Um pouco sem jeito, de botas, o colono João Nelson de Oliveira atravessou o iluminadíssimo e atapetado plenário da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, dirigindo-se à tribuna. Começava o debate com os representantes dos 964 posseiros expulsos há um mês e meio da reserva indígena de Nonoai e que estão sendo transferidos para o Mato Grosso.

O ato público “Terra para quem a Trabalha”, promovido pelo Setor Jovem Metropolitano do MDB, Movimento Trabalhista do Rio Grande do Sul, Conselho de Defesa dos Direitos Humanos e mais trinta entidades sindicais, estudantis e imprensa independente, reuniu na noite do dia 29, mais de 800 pessoas.

“Sinto deixar o Rio Grande”, afirmou João Nelson. “Quem tá a fim de trabalhar, de não ficar parado, o negócio é ir. Aqui não nos resta nada e eu nunca fui de rejeitar serviço. Nos prometem terra no Mato Grosso. Agora, se não cumprirem o que foi prometido, eu seirei o primeiro a abrir o bocado”, concluiu Nelson.

Logo após, falou o colono Sebastião Florêncio Soares, em nome dos que exigem que o governo do Estado cumpra sua promessa de lhes dar terra no Rio Grande do Sul e que se recusam a ir ao Mato Grosso.

“Vim aqui dizer o que sinto, o que penso. Nossa situação não foi respondida. Alguns vão embora pelas ameaças. Fomos ameaçados e aos poucos vamos indo. Eu quero conseguir terra no Rio Grande.

Saindo, eu iria resolver o problema do governo e iria criar um problema para mim e para minha família. As mulheres e crianças pediram, pelo amor de Deus, para não sair do Rio Grande. Mas, sem trabalho, nossas famílias vão é de mentar as malocas. As terras existem e estão ocupadas pelos grandes granjeiros. Fomos fichados pelo INCRA, há três anos e até agora nada. Nunca vivi de graça, nem quero continuar comendo bandedão no parque de Esteio. O que quero, é terra para trabalhar. Sou casado há 11 anos, tenho quatro filhos e nunca pedi sustento para ninguém.

Eu enxergo com os meus olhos as terras que existem no Rio Grande e que estão nas mãos dos grandes”.

Durante todo aquele dia, as rádios divulgaram notas e entrevistas do secretário da Segurança, coronel da reserva Roubem Moura Jardim, proibindo a participação dos posseiros no ato público e acusando as entidades promotoras de serem “estranhas aos interesses dos colonos”. No Parque de Exposições de Esteio, a 21 quilômetros de Porto Alegre, onde estão aloja-

das as centenas de famílias, o amedrontamento e o policiamento ostensivo foram constantes. À noite, impotente para impedir o ato e a presença dos posseiros, a polícia utilizou como último recurso barreiras nas estradas para deter as kombis e os automóveis que transportavam os colonos “por excesso de lotação”. Mesmo assim, mais de cinquenta colonos, alguns com suas mulheres e filhos, compareceram na Assembléia Legislativa.

“Não venho fazer propaganda e convencer os companheiros que não querem ir ao Mato Grosso. Vou porquer preciso trabalhar, por decisão pessoal, mas peço ao governo que resolva o problema dos que ficam”, declarou José Alair, outro colono que explicou as razões de sua ida ao Mato Grosso, ainda que preferisse ficar.

## Solidariedade com os posseiros

Neste momento, já haviam se manifestado lideranças estudantis, sindicais e deputados oposicionistas. Todos se solidarizaram com os posseiros, defendendo sua permanência no estado. Com isso, os agricultores sem terra foram sentindo-se mais seguros, falando com desenvoltura e aplaudindo calorosamente os oradores que mostravam os vínculos de sua situação com a política agrária do país, com o predomínio do latifúndio, da grande propriedade voltada para as lavouras de exportação.

Houve uma satisfação geral quando o representante do Movimento Trabalhista propôs “a luta pela Reforma Agrária e pela formação de fazendas coletivas e a desapropriação dos grandes latifúndios gaúchos, a começar pela fazenda Santa Rita, comprada pelo estado no governo Peracchi Barcellos, numa das mais escandalosas e corruptas negociatas da administração estadual.

O colono Arnaldo Rodrigues Pereira foi enfático, na defesa da permanência no Rio Grande: “Não vou perder meus direitos dentro do Rio Grande. Sou filho de ex-combatente e há 23 ou 24 anos meu pai espera que o governo cumpra a promessa de lhe dar terras para trabalhar. Nunca adiantou nada. Que o governo dia, então, que não há terras mas que não fique enrolando”.

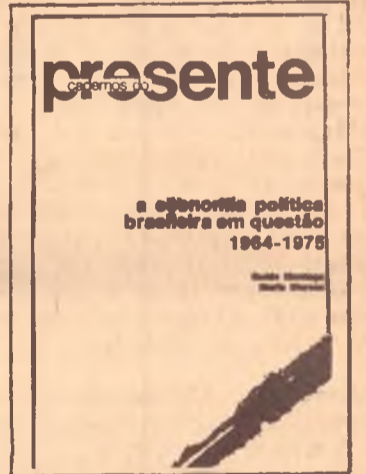
## Onde estão as terras?

O deputado gaúcho Aldo Pinto (MDB), categórico, respondia a sua própria pergunta: “As terras encontram-se aqui no estado mesmo. Encontram-se nos grandes latifúndios que o Exército possui e arrenda para grandes proprietários como a coudelaria do Rincão, em São Borja, ou o latifúndio de Saiacá, cada um com mais de 55 mil hectares. As terras encontram-se na fazenda Sarandi, na fazenda Santa Rita, que o estado arrenda para latifundiários a preços ridículos.”

“Existem hoje”, continuou o deputado, “mais de 800 mil hectares disponíveis em todo estado para serem ocupados pelos posseiros que estão sendo mandados para o Mato Grosso”. Incisivo, Aldo Pinto concluiu afirmando que o “INCRA deveria ser fechado por incompetente e a FUNAI está aí defendendo tudo menos os indígenas. Vamos continuar a luta e reassentar os colonos aqui mesmo, no Rio Grande”.

Além da proposta das entidades estudantis pela formação de um Comitê Unitário, foram aprovadas também outras formas de luta. Foram lembradas, inclusive, experiências significativas que os posseiros já tiveram no passado, como o Movimento dos Agricultores Sem Terra-MASTER. No início da década de 60, o MASTER deu exemplos efetivos de como manter os posseiros em suas terras: a ocupação, por centenas de famílias, dos latifúndios e terras de particulares e do estado, de forma decidida e organizada.

Sucursal de Porto Alegre



## O governo cuida só das grandes propriedades

A atual política agrária do governador Sinval Guazzelli está definida no “Programa Integração Pecuária”. O economista Paulo Vieira, do Gabinete de Assessoria Superior da Assembléia Legislativa, analisou cuidadosamente este programa que, na sua opinião, “tem o expresso objetivo de atender às reivindicações do médio e grande proprietário”. Para Vieira, “os simples dados já demonstram a quem o governo pretende ajudar”.

As três etapas deste programa atualmente em execução prevêem respectivamente o atendimento: em 76/77, 250 mil hectares pertencentes a 300 proprietários com uma área média, portanto, de 833 hectares; em 77/78, 500 mil hectares, 600 proprietários, área média 833 hectares; em 78/79, 830 mil hectares, mil proprietários, área média 830 hectares. A linha de crédito aberto pelo Badesul para este programa é de 100 milhões mais 10 para equipamento. Além disto, a Secretaria de Agricultura dispõe de uma verba de 10,8 milhões para gastos, nos quais constam 20

Volkswagens para deslocamento dos técnicos e seis casas para sua acomodação. A análise destes dados e seu profundo conhecimento da estrutura agrária gaúcha permite a Vieira comprovar que “este programa visa o desenvolvimento da pecuária e da lavoura de exportação, com franca expansão no estado”. O que, segundo ele, “novamente mostra a despreocupação do governo com a maioria dos estabelecimentos rurais não diretamente beneficiados pela exportação e com as consequências disto, qual seja, de não desenvolver as lavouras do mercado interno e depois reclamar que o chuchu é a principal causa da inflação”.

Este tipo de política beneficia as grandes propriedades mas contraria os interesses dos minifúndios, como se pode ver pela estrutura agrária gaúcha, dissecada por Vieira, segundo dados do INCRA. As propriedades de zero a 50 hectares, minifúndios, considerados como de agro-pecuária colonial, ocupam 25,7 por cento da área do estado com 86,1 por cento do número de

estabelecimentos e representando cerca de 40 por cento da produção.

Nesta área se concentram 1,7 milhões de trabalhadores rurais, entre os quais estão incluídos os posseiros atualmente no Parque de Exposições de Esteio, de um total de 2,1 milhões (população ocupada no setor primário do RS, em 1975).

Além do minifúndio, há mais dois tipos de propriedade rural no Rio Grande do Sul. As de 50 até 500 hectares de extensão, consideradas lavoura média empresarial, que utilizam 31,6 por cento da área com 12 por cento do número de estabelecimentos, contribuindo com 27 por cento da produção total e empregando 325 mil pessoas. E, finalmente, no terceiro tipo se encontram os latifúndios com mais de 500 hectares e principalmente dedicados a pecuária tradicional, ocupando 42,7 por cento da área com apenas 1,9 por cento do número de estabelecimentos e utilizando o trabalho de apenas 77 pessoas. Estes latifúndios participam com 29 por cento da produção total do estado.

# SINDICATOS DE PATRÕES

**As greves operárias de São Paulo não só balançaram o coreto de uma classe patronal acostumada a pagar salários miseráveis; elas revelaram também a fraquesa da organização sindical dos empresários.**



O ressurgimento das lutas reivindicatórias da classe operária, estabelecendo, na prática, a negociação direta entre patrões e trabalhadores, colocou na ordem do dia o problema da organização econômica e social para os dois blocos que dividem a sociedade brasileira.

A reabertura das negociações diretas mostrou cruamente, no curso das últimas semanas, que embora situados em pólos opostos, os trabalhadores e os empresários não contam, atualmente, com entidades realmente representativas dos seus interesses. E se isto é válido no plano das reivindicações econômicas e sociais aparece de forma ainda mais acentuada no plano político e partidário, dificultando — no caso da burguesia — uma rápida articulação das suas frações em conflito em torno de propostas alternativas.

Um claro sintoma está representado na distância que vem guardando as lideranças mais críticas do empresariado em relação aos projetos apresentados para a solução da crise política. O fato concreto é que com exceção da estrutura sindical oficialista, encabeçada pela Confederação Nacional da Indústria — CNI —, que apoia veladamente a candidatura do general Figueiredo, os demais setores se mantiveram à margem da luta sucessória.

Mas, assim como é sabido que a posição da CNI não expressa, neste aspecto, até mesmo a opinião da sua área de influência, descontente com a submissão ao Governo mesmo num momento de intenso debate, sabe-se que nas áreas não oficialistas ainda é pequeno o trânsito da Frente Nacional de Redemocratização.

A este respeito, como reconheceu o próprio Magalhães Pinto, a "Frente Nacional de Redemocratização" ainda carece de definição sobre o que realmente é, pois lhe falta, até o momento, uma direção comum.

E verdade é que debilitada em suas organizações sindicais e políticas a burguesia se encontrou despreparada para tomar a frente do processo de reorganização política do país, que passa, hoje, inevitavelmente, pela redefinição da hegemonia dentro do bloco dominante.

## Sindicatos Atrélos

No plano das questões sindicais, o estabelecimento das negociações diretas revelou também uma ligeira vantagem dos trabalhadores em relação aos patrões. Pelo lado dos operários, os Sindicatos, mesmo atrélos, ou assumiram a intermediação das negociações com os donos das fábricas paradas, ou foram obrigados a isto pelas pressões das bases.

Do lado dos patrões a situação tendeu a complicar-se mais. Além do Sinfavea (Sindicato Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), que logrou chegar a um acordo único para as indústrias automobilísticas, nenhum outro sindicato patronal obteve êxito.

O Simesp (Sindicato das Indústrias de Máquinas e Equipamentos

de São Paulo), segundo seu presidente, o industrial Einar Kok, não pode chegar a um consenso com seus aproximadamente 200 associados, em relação a um aumento geral para o setor.

O próprio Luis Inácio da Silva (Lula) tentou, recentemente, caracterizar as razões da crise do movimento sindical brasileiro. Evidentemente, sua análise está voltada para os sindicatos dos trabalhadores, mas não deixa de revelar alguma coisa também sobre a crise da estrutura sindical dos patrões.

Segundo ele, as dificuldades dos sindicatos deve ser analisada sob dois planos distintos: um "conjuntural" e outro "estrutural". O primeiro se refere ao controle exercido, atualmente, pelos pelegos. O segundo, se relaciona com as deficiências decorrentes da sua própria subordinação ao Estado, através dos vínculos existentes com o Ministério do Trabalho.

Não cabe dúvidas que os dois aparelhos sindicais padecem, a grosso modo, aguardando-se as diferenças de objetivos e interesses sociais existentes, de males semelhantes.

Para o empresário Antonio Ermírio de Moraes (Grupo Votorantim) — eleito pelos empresários o "Homem de Visão" de 1977 —, considerado um dos dez mais representativos líderes empresariais, as suas direções sindicais não são representativas.

Ao criticar, num debate público, em São Paulo, o documento enviado pela Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo) à Geisel, solicitando intervenção federal para acabar com as greves operárias ele disse: "As diretorias das entidades empresariais não representam o interesse dos empresários nacionais. Lamentavelmente a Fiesp é hoje uma entidade totalmente minada pelo capital estrangeiro".

Talvez tenha faltado a Ermírio de Moraes explicar que também os empresários nacionais estão minados — seja pela via do capital ou da tecnologia — pelo capital estrangeiro.

Seria demasiadamente simplista atribuir os males do sindicalismo patronal à influência do grande capital internacional, particularmente num momento quando uma cortina de fumaça nacionalista sustenta o discurso democratizante dos empresários mais ativos.

A grosso modo, pode-se dizer que uma análise um pouco mais rigorosa sobre a fragilidade atual das entidades patronais não deve perder de vista dois aspectos essenciais: a) ela foi fruto das intervenções promovidas pelo governo militar, que atingiram a CNI, federações estaduais e sindicatos patronais; b) mas também foi resultado da desmobilização ocorrida no período de boom econômico e, particularmente, da maior dependência de alguns setores industriais (especialmente bens

de capital e certas faixas de bens de consumo duráveis) em relação às encomendas estatais, crédito, incentivos fiscais e financiamentos.

## Que querem os patrões?

Desde alguns anos a estrutura sindical oficial dos patrões vem sendo questionada por contingentes crescentes de empresários. O surgimento das chamadas associações setoriais nacionais representou, no plano do sindicalismo patronal, a expressão do descontentamento de alguns setores com o peleguismo, que, no último período, condenou ao fracasso as reivindicações específicas dos patrões.

Em vários momentos as Abdibs e Abimaqs levantaram posições mais críticas em relação ao Governo e à política econômica oficial. Não foi por coincidência que os principais pontos de atritos apareceram justamente no setor de bens de capital.

As constantes oscilações do Estado, ora privilegiando o capital nacional, ora cedendo às pressões do grande capital internacional, tendeu a configurar um conflito entre o setor nacional (de grande porte) e o Estado, que pressionado por enormes compromissos internacionais, não foi capaz (e nem pretendeu) resistir às pressões do capital estrangeiro.

Conflitos semelhantes ocorreram em outros planos acentuando a necessidade de instrumentos de pressão para fazer frente às constantes oscilações do Estado e para ampliação da margem de influência das diferentes frações da burguesia.

O próprio vice presidente da Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo), Jorge Duprat Figueiredo, que defendeu a intervenção policial nas greves dos operários do ABC paulista, reconheceu o elevado grau de burocratização da atual estrutura nacional do sindicalismo patronal.

Segundo ele, os canais de comunicação entre a empresa e a Confederação Nacional da Indústria são praticamente nulos. A própria relação entre o sindicato patronal e a empresa é deficiente, da mesma forma que é precária a relação das empresas com as federações estaduais e a confederação nacional.

Duprat Figueiredo defende uma reformulação da atual estrutura nacional para ampliar a sua representatividade, incorporando os setores

mais críticos do sistema. No entanto, sua posição parece ser rígida e pouco sensível às necessidades de concessões políticas aos setores que encabeçam o sindicalismo paralelo (Abdib, Abimaq, e outros). No fundo, a julgar por suas declarações mais recentes, Duprat Figueiredo, que se alinha entre os empresários mais reacionários, deseja ampliar a representatividade da Confederação (ambicionando chegar a sua presidência no próximo período) sem modificar a concepção política atual da entidade.

Embora decidido a ganhar a presidência da CNI, Duprat Figueiredo se aproxima de Paulo Vellinho (vice presidente da CNI e um dos dez empresários eleitos em uma enquete como os mais representativos do ano), que dentro da entidade vem procurando liderar a aproximação com as lideranças empresariais de São Paulo (Bardella, Villares, Kok etc).

Paulo Vellinho encabeça atualmente na CNI um projeto de convenção nacional amplo e prolongado tendo como objetivos máximos influenciar a política econômica próxima do Governo, elevando o grau de mobilização dos patrões e ampliando a representatividade das entidades oficiais. O projeto de Vellinho, que enfrentou forte resistência dentro da CNI, particularmente dos empresários menos representativos, encastelados há vários anos nas direções de federações, terminou vitorioso.

Tal projeto, que deverá entrar em vigor nos próximos meses foi aprimorado na última reunião plenária da CNI, realizada na segunda feira, dia 26 de junho. Segundo os entendimentos mantidos, a II Convenção Nacional das Indústrias deverá culminar em julho do próximo ano com uma ampla assembléia nacional dos industriais.

A posição de Domicio Velloso, um burocrata facilmente manipulável nas mãos da pelegada patronal que detem o controle das Federações e da própria CNI, tende a se isolar, na medida em que se afirmam grupos opositores dentro e fora da entidade e em função dos compromissos assumidos com o Governo militar, através de pronunciamentos políticos aquireacionários.

(Carlos Campos - Sucursal do Rio de Janeiro)

## Duas correntes de empresários

As associações patronais por setores não se mostraram suficientes para resolver até mesmo as questões sindicais, como revelaram as experiências das recentes greves operárias. E muito menos para servir como base social de um projeto mais amplo de organização político-partidário dos empresários.

Aparentemente, as associações que hoje constituem a ponta de lança das críticas empresárias contra o regime parecem estar destinadas, em primeiro lugar, a condições para a recuperação do aparelho sindical, incluindo suas cúpulas estaduais e nacional.

Segundo se comenta nas áreas empresariais, principalmente em São Paulo tendem a se acentuar as lutas nas federações. Um exemplo típico já se revelou na Fiasp, separando o grupo de Vidigal (Luis Eulálio Bueno Vidigal Filho) e o de Duprat Figueiredo, todos os dois voltados para a conquista da CNI.

De uma maneira mais geral, as diferenças entre as duas grandes correntes que separam, ao nível do sindicalismo, os empresários podem ser observadas nas duas cartas divulgadas recentemente com propostas de política econômica. A primeira delas, patrocinada pelas federações industriais ligadas a CNI, particularmente pelas do Paraná e Espírito Santo, defende a necessidade de um endurecimento do regime para fazer frente "a campanha demagógica pela abertura", condena a participação do Estado na economia e sugere uma orientação que dê prioridade ao ingresso das empresas estrangeiras de médio porte em detrimento das multinacionais.

O documento, em uma das suas partes principais, pergunta ao general Figueiredo (a quem é endereçada a mencionada carta: "num momento em que as próprias democracias européias mal resistem a pressão comunista, poderá o Brasil dar-se ao luxo de diminuir de modo impressionante as medidas de prudência que se revelaram indispensáveis e eficazes em 1964?")

Por outro lado, apontando numa direção diferente foi divulgado o chamado documento dos oito, assinado por oito dos dez empresários mais representativos do País, segundo pesquisa realizada em São Paulo.

Neste documento, que procura dar condução as demais frações burgue-

sas não hegemônicas se destacam os seguintes pontos.

1) a necessidade de rearticulação entre o sistema industrial, o sistema financeiro privado e o sistema público de financiamento; 2) o fortalecimento da empresa nacional, através da criação de mecanismos de capitalização disponível de tecnologia e critérios de sua absorção e uma política correta de gastos do governo e das empresas estatais; 3) a necessidade de subordinação da ação das empresas públicas a uma nova política industrial que conte com a decisiva participação dos empresários; 4) fortalecimento da média e pequena empresa, através da disponibilidade de recursos suficientes para a expansão e modernização, apoio tecnológico e assistência técnica; 5) a "incorporação dos autênticos representantes do meio rural na formulação de uma política agrícola capaz de garantir não só a expansão do abastecimento interno como também de evitar políticas inadequadas na comercialização externa das safras."

No entanto, três pontos são fundamentais para o entendimento desta resposta. O primeiro, se refere à forma como se dá hoje o conflito entre a grande burguesia industrial principalmente a nacional e o capital financeiro.

Sobre este aspecto o documento condena o tradicional "comportamento do sistema financeiro privado, aprisionado entre aplicações de curto prazo e imobilizações pouco produtivas, sem condições de assumir os riscos inerentes a um processo dinâmico de acumulação de capital. E complementa afirmando que "caso não haja uma rearticulação — o que quer dizer colocar o sistema financeiro a serviço da burguesia industrial — entre o sistema industrial e o sistema financeiro privado tendem a se agravar as inquietantes margens de endividamento das empresas, concorrendo para a perpetuação das disparidades frente às suas congêneres estatais e estrangeiras."

O segundo ponto se refere ao eixo do que seria uma política econômica favorável ao grande capital industrial: "a subida criteriosa dos salários reais significará um alargamento de mercado para o setor de bens de consumo; e o programa de investimentos públicos em infra-estrutura urbana terá um poderoso efeito dinamizador sobre a indústria de bens de produção, levando à absorção de sua capacidade ociosa."

O terceiro ponto é reivindicação da democracia burguesa, entendida como a única forma de redefinir uma hegemonia que se encontra abalada em favor do capital financeiro.

## Quem são eles?

De 1962 a 1963, a CNI (Confederação Nacional da Indústria) foi presidida pelo industrial Domicio Velloso.

Em 1963 foi eleito para a presidência Haroldo Correia Cavalcanti.

Em 13 de abril de 1964, O Ministro do Trabalho Arnaldo Sussekind nomeou uma Junta Governativa para presidir a Confederação e ao mesmo tempo "apurar os delitos da administração anterior". Faziam parte desta junta o empresário Eurico Amado, que por sugestão do próprio presidente da CNI, Haroldo Correia Cavalcanti, deveria ser incluído entre seus membros, e participar das investigações, já que havia encabeçado o grupo que acusara a diretoria da entidade de apoiar o governo João Goulart.

Além de Eurico Amado, foram nomeados para a junta o procurador da Justiça do Trabalho, Sr. Hiaty Leal (presidente), e o industrial Orlando Lavieiro Ferrajolo.

O período em que a junta se manteve na presidência da CNI-7 meses, até a implantação de eleições — é conhecido como o tempo de "intervenção na Condição Nacional das Indústrias".

No dia 16 de novembro de 1974, é eleito para a presidência, o general Edmundo Macedo Soares, fundador da Companhia Siderúrgica Nacional e na época presidente da Mercedes-Benz do Brasil. O articulador de sua candidatura foi o próprio Eurico Amado. Segundo suas declarações no dia da eleição, "confiava em que o general Macedo Soares, merecedor da confiança do Presidente Castelo Branco, seria um porta-voz das aflições e das preocupações, que nesse instante, tanto afligem o industrial brasileiro". Macedo Soares ganhou apenas no

segundo pleito, pois no primeiro fora registrado um empate entre ele e o representante da oposição, o candidato da federação cearense, Tomás Pompeu de Sousa Brasil Neto. Com o segundo pleito e a vitória do general, prometeu colaborar com a nova diretoria.

Em 1966, Macedo Soares renuncia para tomar posse no Ministério da Indústria e do Comércio.

E Tomás Pompeu de Sousa Brasil, o antigo adversário, consegue chegar à presidência, tendo nela permanecido pelo período de 11 anos. A vida sindical de Tomás Pompeu começou em meados da década dos 30, como ele mesmo diz, logo que se criou a lei sindical no país. Então eleito presidente do Sindicato de Fiação e Tecelagem do Ceará, permaneceu no cargo durante 16 anos. Ainda no Ceará, foi presidente da Federação da Indústria e da Associação Comercial. Desde 1950 participou da Confederação Nacional da Indústria, no início no seu Conselho de Representantes, e em 1962 como tesoureiro de Domicio Velloso.

Julho de 1977 o Governo decide que havia necessidade de uma renovação nas lideranças sindicais patrocinadas. Tomás Pompeu de Sousa Brasil resolve desistir de tentar a reeleição, deixando o caminho aberto para a chapa de oposição, liderada por Domicio Velloso, empresário de 62 anos de idade, que como o ex-presidente era proprietário de uma indústria de fiação e tecelagem, e do nordeste do País. Souza Brasil fora presidente da Federação de Indústrias do Ceará, e Domicio Velloso ocupara o mesmo cargo na federação das Indústrias da Paraíba.



1968-1978:

# QUEM CALA CONSENTE!

Trajectoria de uma ativista do movimento estudantil, que entrou na briga em 1968. "Lili Passeata", romance do baiano Guido Guerra.

Depoimento do autor: "Eu tento reconstituir essa fase quase histórica da vida nacional, e de uma geração empolgada com os problemas políticos do seu tempo".

"Desaprendi Marx, Deus não é mais o ópio do povo, Cristo entronizado na sala-de-visitas, a mais valia e a menos valia às avessas, Brecht mofou na estante. Uma tarde de medo, em semana de tensão política, queimei Cinco Dificuldades para Escrever a Verdade. Abri mão de todas, uma a uma, todas! Evtushenko, pela última vez, declamado assim de memória: "aquele que cala sua dor/prejudica os outros". Esqueci o Terceiro Reich, terror e miséria, O Capital sumiu de minhas vistas, Maiacovski de minhas citações, o Manifesto Comunista voou pela janela, o retrato de Arraes também. Gorki desapareceu da estante e de minhas preocupações. Na parede, pendurado, colorido, apenas Serafim, poster do amor acabado.

Macrobiótica às quintas, ioga aos sábados à tarde, 15 horas. Ficava no Largo da Graça, num chalé branco, o Centro Ioga. Quem lá me matriculou sem me consultar se convinha ou não foi Serafim. Ele me disse: - Adeus à tensão. "Diário de Lili".

Em síntese, este é o final do caminho percorrido pela militante política dos idos de 68, Lili, personagem principal do romance "Lili Passeata", sétimo livro do escritor baiano Guido Guerra, jornalista e cronista. Já em mãos do editor Ênio Silveira, da Civilização Brasileira, o romance deverá ser lançado ainda este ano e mais que a trajetória de uma jovem militante, é o perfil vivo da juventude brasileira que protestou e gritou nas ruas pelo direito de exercer a sua cidadania política. É também os descaminhos a que foram levados os jovens pela repressão. Aqui, Guido Guerra fala para EM TEMPO, de Lili, da militância política dos estudantes e da selvageria policial. Guido, por que "Lili Passeata"?

Lili Passeata é um desafio que me propus, pegar um tema panfletário e desenvolvê-lo sem cair no panfleto, e a par disso, inserir a mulher brasileira no contexto político, de que ela sempre participou, mas tem sido omitida, até mesmo por preconceito. Quando se fala em passeatas, o destaque em termos

de presença é sempre para o homem. Eu fiz o contrário: tentei recriar uma das rebeldes que foram às ruas gritar e protestar. Eu entendo que passeata é o primeiro contato da juventude com os problemas do seu tempo. A exceção dos mais politizados, todos entramos, numa fase da vida, numa passeata, por folia, a consciência vem depois. Lili, no ano de 63, ao sair do cinema, entrou numa passeata sem saber exatamente o que era. Como eu disse, a consciência veio depois com a retomada dos problemas de natureza inicialmente puramente estudantil. Em seguida, confundindo-se com os de ordem política, quando o estudante começa a exercer a sua cidadania, uma cidadania que o AI-5 lhe levou.

Lili, seria então a própria identificação da juventude daquele período?

Lili surge em 63, grita nas passeatas de 68, quando é presa e condenada. Mas no livro eu tento traçar o perfil de Lili e mostrá-la inteira: face e perfil. A infância marcada de solidão, criada num casarão da cidade baixa com fachada de azulejo português, entrando na adolescência, de vestido melindroso azul, lendo "Capricho" e "Tusão", fotonovelas com Sandro Moretti, fã de James Dean e Elvis Presley. Aos 20 anos nasce a rebelde, leitora de Marx e Engels que sabia "Operário em Construção", de Vinicius, de cor.

Seria a sua tomada de consciência dos problemas?

Eu diria que a revolta de Lili não é fruto do conhecimento, mas da rebeldia reprimida, era talvez o resultado dos primeiros choques diante da repressão, com gás lacrimogêneo e cães amestrados. Não creio que se possa situar Lili, como nenhuma personagem de passeatas, a nível puramente ideológico. Esta rebeldia é uma característica da própria juventude, exigir que o jovem tenha plena consciência dos problemas do seu tempo e das posições adotadas, seria desconhecer sua condição de jovem para enquadrá-lo em nível de maturidade. Mas essa rebeldia aparente-



mente irresponsável tem consequência e escolha, porque através da passeata era que os problemas fundamentais eram festivamente levantados, como a reforma agrária, as reformas de base, a presença do imperialismo.

Mas havia também a consciência política se iniciando, do próprio papel dos estudantes?

As preocupações de Lili e da sua geração eram pelo direito de ter vez, a UNE fora fechada em 64, o projeto do Ministro Suplicy de Lacerda era no sentido de estimular os diretórios acadêmicos o que implicava estimular o peleguismo, que a juventude repeliu. No romance Lili Passeata, eu tento reconstituir essa fase quase "histórica" da vida nacional, e de uma geração empolgada com os proble-

mas políticos do seu tempo. Chegávamos mesmo a papagaiair coisas de fora, até nos apelidos, como Nikita, e decorávamos chavões tais como "violência gera violência", o "homem é produto do meio". Então, parece-me importante essa rebeldia de passeata, mesmo que porventura a passeata não nos conduza a nada, e conduz. Eu creio que em cada passeata redimimos o Brasil, nos contatos com os sindicatos tínhamos possibilidade de conhecer mais de perto a problemática operária e renovar a certeza de que a greve é a arma do trabalhador. Com o fim das passeatas, vivemos, por consequência do amordaçamento geral, uma geração apática, a turma "tô na minha". Eu acho que felizmente, passado este período, mais de desen-

contro existencial de que de conformismo, a juventude retoma o seu papel com a mesma garra de 68, com a vantagem para os meninos de agora: a selvageria maior.

A apatia da juventude neste período a que você se referiu, não seria consequência também da repressão?

A repressão violenta e também o condicionamento de que lugar de estudante é na escola, ao lado do processo de intimidação e do medo que cada um carrega em si. Medo não só da violência policial, mas da cassação da matrícula, do bloqueio econômico. Os próprios panfletos se tornaram inviáveis em decorrência de uma exigência legal: constar o nome da tipografia.

Lili passa de militante política a uma burguesa acomodada, como ocorre isso?

Em primeiro lugar, todas as lilis estão bem comportadas, isto por que a passeata nunca produziu heróis, ela fez alguma vítimas. Parece que foi em 68, um dia após a edição do AI-5, 14 de dezembro, a última passeata na Bahia. Na Praça Castro Alves, um jovem, creio que secundarista, Júlio, caiu baleado. Esse jovem morreu em um hospital com o governador Luis Vianna visitando a família. No Rio, outro estudante, Edson, também morreu numa passeata. Nas manifestações de 77, na PUC de São Paulo a selvageria policial bateu todos os seus recordes no caso da universitária de Ciências Sociais, Maria Cristina Raduan a vítima mais atingida com queimaduras de terceiro grau.

O grande conflito de Lili não é antes da condenação, é quando ela retoma a liberdade condicional que lhe anula qualquer capacidade de reação, pelas próprias exigências desse alvará de soltura prévia. Há

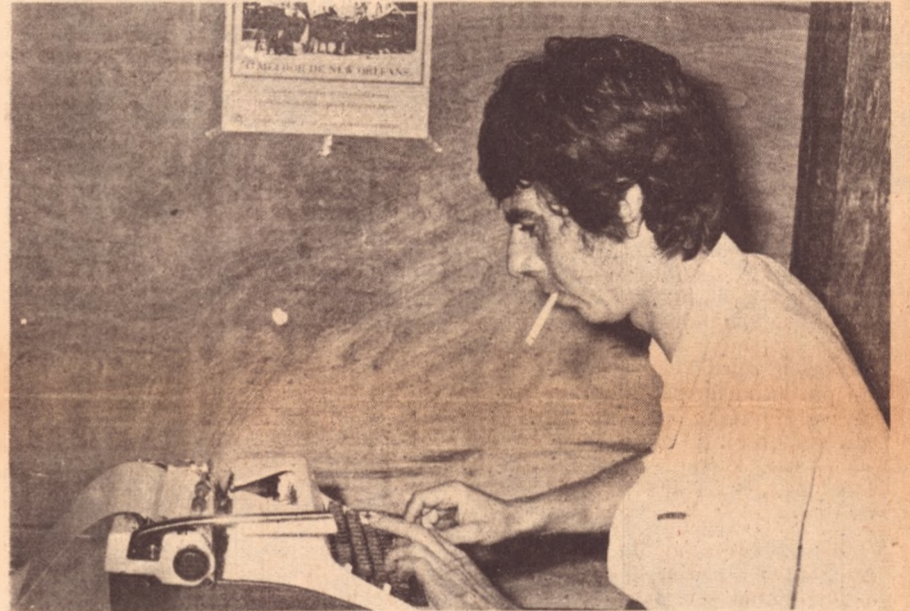
também a pressão familiar de um lado e as contingências dessa liberdade provisória, de outro. Dá-se então o desencontro de Lili. De início ela se desmolda, surfista atrasada no tempo, acampando em Arembepe, metida com artesanato de couro e pegando corrida na Barra à noite. Com o casamento, é que o amordaçamento ganha outra esfera, inclusive com os recursos de um psiquiatra safado, participante de passeata, que tenta descondicioná-la do grito, e o marido, mediante as ofertas do aburguesamento. A própria Lili quando solicitada a subscrever um manifesto não perdoa a sua omissão a ponto de condenar-se com o chavão do seu tempo de rebelde - "quem cala o seu grito peca duas vezes, por omissão e por conveniência".

Guido, você tinha uma pessoa especial para dedicar o livro não é?

Certa tarde, fim de 77, ao abrir o Jornal do Brasil deparei-me com a foto que me chocou muito. Era de uma jovem brutalizada pela polícia, Maria Cristina Raduan. Então, já no meio de Lili, resolvi dedicar o livro à estudante, lembro até a dedicatória: "Homenagem a Maria Cristina Raduan, mais brutalizada que Lili". No entanto a dedicatória não resistiu muito tempo, essa dedicatória me perturbou: até que ponto, escrevendo um livro sobre passeata, eu teria de dedicar sem tirar partido dessa dedicatória? Não seria usar indevidamente o nome de uma selvageria não calou? Não seria ligar seu nome para um chamariz publicitário do meu livro? Estas e outras razões me levaram a desistir da dedicatória, mas não desisti da solidariedade.

(Sucursal de Salvador)

Guido Guerra



## O amor executivo

Em Bodas de Papel a autora transforma em arte cênica um pouco do que captou nos anos em que seu marido foi alto funcionário de uma multinacional.

Bodas de Papel (com Jonas Melo, Regina Braga, Luis Carlos de Moraes, Jandira Martini, Luis Parreiras, Ileana Kwasinsky e Lourival Pariz; direção de Cecil Thiré; em cartaz no Teatro Aliança Francesa, em São Paulo) mostra a sensibilidade de dramaturga de primeira linha que Maria Adelaide Amaral não pôde revelar na Feira de Opinião. (A Censura vetou oito das dez peças que a comporiam).

Em Bodas de Papel a autora transforma em arte cênica um pouco do que captou nos anos em que seu marido foi alto funcionário de uma multinacional.

A ação transcorre na noite em que o casal Turco e Tetê comemora o segundo aniversário de casamento. Ele, um bem remunerado executivo, quer proclamar sua independência financeira, montar seu próprio negócio.

Por isso, vai usar a reunião para tentar levantar um financiamento. Ela, ex-secretária do marido, ao mesmo tempo em que se deslumbra com sua nova situação (de rica), "adora" o romantismo de Roberto Carlos. Quer realmente festejar suas bodas de papel.

Tanto que convidou os padrinhos de casamento, Jorge e Cló. Jorge está desempregado e responsabiliza por isso Arruda, o convidado mais importante - é ele, genro de um banqueiro, quem possivelmente arranjara o capital inicial para a empresa do Turco.

Os outros dois convidados são Carlão - médico que se associará ao Turco, se Arruda fornecer o financiamento - e que Margarida, sua esposa e irmã de Jorge.

"São coisas muito grandes pra se esquecer"

A mistura de (argh!) uisque - escocês, como salienta Tetê ao padrinho - com conhaque - "tem trinta anos, Arruda. Comprei pensando

em você", bajula o Turco - provoca em Jorge um ataque de ridicularizada dignidade e canhestra franqueza. E transforma o que poderia ser um simples constrangimento (desafetos na mesma festinha) num festival de roupa suja lavada em público.

Ex-menino-prodígio, hoje mais um caroço de azeitona cuspidado da empada-Sistema, Jorge não se deixa seduzir completamente pela promessa de que a vaga do Turco (Cr\$ 150 mil mensais) será sua se ele não complicar a negociação com Arruda. Nem pela esperança de readmissão no banco com que sutilmente lhe acena e lhe tortura o genro do banqueiro. Tampouco lhe refreia a noblesse da bem-nascida esposa. Jorge quer saber porque Arruda lhe mandou embora. Se foi por ele saber de certos trambuges. O outro se esconde na impessoalidade: foi o incompetência.

"Tudo que é seu, meu bem, também pertence a mim"

O desempregado também é parte do problema, não há solução. A gente sabe (infelizmente) que amanhã ele vai pedir desculpas pelo que disse bêbado e nervoso. Não pode, portanto, virar a mesa de vez: tudo que faz é desnudar o processo dos interesses materiais aviltando amor, amizade e tudo que isso implica. "Pra que você quer mais dinheiro?", pergunta Margarida a Carlão, recusando-se a hipotecar a casa que ajudou a construir. "Pra comer mais enfermeiras?"

Aliás, as personagens femininas reproduzem com cruza a situação das esposas burguesas, enturmado-se para falar sobre empregadas (ou calar a boca) enquanto os maridos discutem "assuntos sérios". E, quando lhes é permitido, mostram a dialética e triste condição de inimigas-cúmplices a que o matrimônio as reduziu.

NELS ANDREAS

V. IULIANOV  
Lenin

duas táticas  
da social democracia na  
revolução democrática

EDITORIA E LIVRARIA LIVRAMENTO  
Av. Waldemar Ferreira, 174  
Butantã SP

EDITORIA E LIVRARIA LIVRAMENTO  
Lenin - Duas Táticas, Cr\$ 50,00

## REVISTA ESCRITA

### SINDICALISMO

É O TEMA DE ESCRITA/ENSAIO 4

NAS BANCAS E LIVRARIAS

Estação Tiradentes  
Afonso Pena, 272 esquina com 3 Rios.

debate-SBPC

# Perspectivas da democracia na América Latina

"Perspectivas da democracia na América Latina", tema de uma das mesas-redondas do primeiro dia da 30ª reunião anual da SBPC, constituiu-se num dos seus pontos altos, tanto pela afluência de público - cerca de duas mil pessoas -, como pela importância do assunto.

Seja pela demora de duas horas para que o debate fosse iniciado, seja pelo sol, ou por qualquer outro motivo, o fato disto antes foi o de terem ocorrido poucas discussões após a apresentação dos trabalhos. Alguns viram nisso indício de que o conteúdo geral das teses apresentadas não estaria respondendo à altura as necessidades levantadas pelo momento político atual. Outros entenderam que a SBPC, ao invés do que ocorreu no ano passado, já não estaria se constituindo, com a mesma intensidade, num pólo catalizador da discussão política, assumindo mais características explicitamente acadêmicas. Nas teses apresentadas, contudo, aspectos importantes das perspectivas democráticas latino-americanas foram abordados. Sem pretenderem ser resposta para tudo, contribuíram com elementos significativos para a compreensão e reflexão sobre as perspectivas da democracia em nosso continente.

## Os participantes

Participaram da mesa-redonda José Álvaro Moisés e Francisco Weffort, do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. Ernesto Laclau, da Universidade de Essex, na Inglaterra, José Serra e Fernando Henrique Cardoso, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.

A participação popular num regime que se pretenda democrático, na América Latina, foi a tônica dos trabalhos. Para Weffort, "a questão mais específica da América Latina é, talvez, a de redefinir seus quadros institucionais, de modo a permitir esta participação". Ele considera que a resolução da questão da participação popular não implica, necessariamente, em tomar um determinado caminho de reorganização da sociedade, e nem apenas de opção ideológica, mas de "urgência histórica".

A intervenção de José Serra prendeu-se à crítica às posições, entre os cientistas sociais ou organizações políticas, que consideravam o autoritarismo como necessário em determinada fase do desenvolvimento capitalista da América Latina. Estas posições, que ele definiu como economicistas, teriam levado a "linhas de ação política absolutamente equivocadas", ou a um "voluntarismo suicida", com o redu-

cionismo econômico "engolindo o processo de luta de classes".

Já Laclau, para quem a democracia sempre foi algo que teve a ver com a ação e resistência das massas, sustentou que a volta às formas parlamentares dentro da luta pela redemocratização de sociedades latino-americanas, agora, deve ser considerada como parte de uma estratégia global de luta pela democratização do poder.

Fernando Henrique Cardoso defendeu a tese de que a emergência de sociedades de massa em alguns países do sub-contidente, como o Brasil, é determinante para que a redemocratização que venha a se dar seja diferente das democracias clássicas que existiram no "Cone Sul". Nesta nova forma de democracia a participação do povo seria essencial, cabendo aos intelectuais e dirigentes políticos, na sua opinião ajudarem na organização das formas de impor as decisões populares ao Estado, atuando no sentido de sua transformação e efetiva democratização.

## Gérmens de Socialismo

Para José Álvaro Moisés, o verdadeiro dilema da América Latina não reside entre os pólos "socialismo e fascismo", e sim entre "autoritarismo desmobilizador e uma democracia com, pelo menos, os gérmens de um socialismo democrático".

"A questão da democracia na América Latina - disse ele - é uma possibilidade que repousa sobre as responsabilidades históricas das massas despossuídas e desprivilegiadas". "Indica as classes populares como grandes fiadoras de uma democracia estável, porém, não basta."

Como esses setores sociais, bastante heterogêneos, nem sempre emergiram unificados, Moisés indicou, como questão para o debate, a necessidade de constituição de instituições da sociedade civil (partidos, sindicatos, associações locais e comitês de empresas) que, independentes do Estado, sejam capazes, pela sua prática interna e externa, de projetar para a sociedade uma nova concepção de organização econômica, social, política e cultural, concepção que seja apta a amalgamar os interesses e aspirações das grandes maiorias de nossos países. Em face da falência das burguesias modernas para dirigirem algum tipo de regime democrático na América Latina, talvez caiba indicar que, a médio e a longo prazo, caberá às classes populares proporem uma nova hegemonia cultural e política que se assente sobre a vontade de todos, algo como uma nova vontade nacional-popular, de que nos falava Gramsci (C.P.)



José Álvaro Moisés

Há alguns anos, o dilema da América Latina foi proposto em termos de "socialismo ou fascismo". José Álvaro Moisés concluiu sua intervenção propondo uma redefinição desses termos. De um lado, o "autoritarismo desmobilizador"; de outro, "algum tipo de democracia que, nas suas bases, contenha, desde já, os gérmens de uma sociedade igualitária, sem recusa à liberdade. Em uma palavra, os gérmens de um possível socialismo democrático".

A necessidade dessa redefinição é apontada por Moisés a partir das seguintes considerações: "nestas últimas décadas, nem as revoluções socialistas estiveram muito perto de nossa realidade, nem os regimes autoritários se caracterizaram completamente como formas fascistas de dominação".

Moisés levanta ainda três questões que "pedem uma discussão mais profunda": 1) A existência de uma "democratização progressiva às avessas na América Latina, ou seja, toda vez que as massas populares intervieram para pressionar por mais espaço político, mesmo sem colocar a natureza intrínseca do status-quo", isso serviu sempre de pretexto para uma "reordenação imperativa da sociedade", isto é, para o surgimento de regimes de exceção, ditatoriais; 2) Moisés questiona as razões pelas quais "a democracia tem sido deixada de lado, como alternativa de luta, nessa região do mundo". Ele lembra as manifestações concretas das massas, mesmo sob regimes autoritários, que lutam por conquistas democráticas. E critica os líderes carismáticos e a falta de democracia nos sindicatos e nos partidos que "se dizem representantes da vontade popular". 3) Por fim, Moisés levanta o problema "das condições atuais que, eventualmente, possam possibilitar o advento da democracia". Aponta as fissuras, ou rachaduras, no interior dos regimes autoritários, apontando-as como "o ponto de partida" de suas reflexões.

Para garantir essa democracia de base, Moisés indica a necessidade de se formar "amplios movimentos políticos, com base nas massas populares das cidades e dos campos(...)"

## O dilema latino-americano



Francisco Weffort

Para Francisco Corrêa Weffort, o grande problema da democracia no Brasil, ou em qualquer país da América Latina, é o da participação popular. E a questão mais específica da América Latina, talvez seja hoje redefinir seus quadros institucionais de modo a permitir uma participação popular legítima, que seria a única a assegurar a estabilidade do processo democrático.

"Esta questão não supõe necessariamente que resolvê-la implique em tomar o caminho de um tipo de reorganização da sociedade ou de opções democráticas. Não se trata de uma questão exclusiva daqueles que se filiam a uma ideologia socialista, nem a do tipo liberal". Este é um problema do nosso tempo, é uma urgência histórica diante da qual as mais experientes ideologias e as mais experientes propostas políticas, deveriam poder se definir.

Weffort assinala que o fato das elites não perceberem a necessidade da autonomia e validade dos movimentos populares é uma outra dificuldade. E esclarece que não se refere apenas às elites cooptadas pelo autoritarismo, mas também "às que expressem a herança igualitária e até socialista disseminada pelas esquerdas".

Aponta, ainda, para o risco de se chegar a instituições aparentemente democráticas que não considerem a reivindicação de participação das camadas mais populares: "Essa solução, que nasce da crise, apressadamente, tende a ser uma falsa solução".

## As apressadas e falsas soluções



**O medo acabou**

Sinal dos tempos, que talvez contribua para justificar o otimismo de alguns dos integrantes da mesa redonda: "Democracia na América Latina" e ninguém na plateia virava ou escondia a cara quando os fotógrafos apontavam as objetivas, como vinha acontecendo há, pelo menos, dez anos. E, na plateia, havia gente que, de democracia, nem a relativa conhece, muito menos já foram proibidos de fazê-lo por tantas vezes. Se os debates, ao contrário do que se esperava, não foram calorosos, o público como já se esperava, foi caluroso. Pelo menos, às 15 horas,

na sala GH-17 do prédio de Geografia e História, onde deveria começar o debate, o calor estava insuportável. Su-perlotada, cadeiras, chão e janelas totalmente ocupados e, no corredor, mais de mil pessoas tentando entrar. Assim, a primeira questão discutida, soas tentado ocupar o número de levantando a que conseguiu a primeira maior quantidade de propostas, foi o premente "para onde ir". Primeiramente transferiu-se a reunião para o salão nobre do prédio de Ciências Sociais. Muito depois, todos para os jardins, a mesa no meio da multidão e os expositores falando alto, por meio de megafones, no estilo dos saudosos comícios, de massa.

José Serra



## O economismo engole a luta de classes



O processo de industrialização estreitamente incorporado à economia capitalista internacional, sob o impulso das grandes empresas multinacionais, ocorreu em alguns países da América Latina, é o fator determinante para que, na opinião do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, a democracia que se pretende conquistar em alguns países ditatoriais "difícilmente venha a ter algo de semelhante com o que foi a democracia na Argentina, no Chile e no Uruguai".

O México, o Brasil (onde, nas duas últimas décadas, aumentou de três para 11 milhões o número de operários) e, mais recentemente, a Colômbia e a Venezuela, são exemplos de países onde este processo vem se desenvolvendo. A criação de uma classe operária e a diversificação e transformações na classe média criaram "formas de uma sociedade muito mais dinâmica e com maior viabilidade do que aquelas sociedades que caracterizaram a estabilidade democrática eventual que houve no sul da América Latina".

Com a emergência de sociedades de massa, considerou o sociólogo, "falar em redemocratização na América Latina hoje não pode mais significar pura e simplesmente um estado de direito que assegure às classes tradicionais as formas institucionalizadas de decidirem seus destinos; mas sim de um duplo processo que passa, de um lado, pela efetiva abertura do parlamento, da imprensa, das garantias constitucionais, por exemplo, e de outro, pela ampliação das condições de luta através da qual as classes trabalhadoras possam encontrar formas de fazer pressão sobre a sociedade". Fernando Henrique Cardoso se referiu ainda à necessidade da "criatividade do pensamento para colocar os desafios aonde a ordem dominante é suficientemente forte para se reproduzir e se manter, quer no sistema de informações, no de decisões ou no sistema de interpretações de privilégios à margem da participação popular."

O processo de democratização da América Latina dependerá, na opinião do sociólogo e candidato do MDB ao Senado, por São Paulo, da "capacidade de nos organizarmos para impor a decisão popular dentro do Estado, e não apenas para impor essa decisão nos parlamentos ou apenas para nos contentarmos com a decisão popular a nível ao qual o povo é explorado. É preciso partir desse nível, mas é preciso chegar até o Estado para transformá-lo, no sentido efetivo da democratização".

A exposição do professor, e candidato a deputado federal, José Serra se centrou numa análise do autoritarismo. Ele propôs a questão da necessidade ou não do autoritarismo para o desenvolvimento capitalista na América Latina. "Durante anos os cientistas sociais e muitas organizações políticas responderam em forma afirmativa. A meu ver esta resposta baseou-se em uma análise de caráter econômico equivocada e suas propostas políticas poderiam ser consideradas como economicistas. "Ele cita as seguintes teses: - 1ª) "O autoritarismo era necessário porque o crescimento tinha chegado a um impasse e era necessário um sistema de força para dar saída a esse processo." 2ª) - "A super-exploração dos trabalhadores na América Latina é uma necessidade absoluta para o desenvolvimento do sistema capitalista". 3ª) "Tese de caráter apologetico, que considera que o autoritarismo é necessário para concentrar a renda, para local melhor os recursos, para oferecer garantias aos centros financeiros internacionais. As três falta qualquer sustentação mais séria do ponto de vista da análise econômica".

"O economismo levou a conclusões e a linhas de ação política absolutamente equivocadas; leva, de um lado, ao imobilismo ou à apatia, ou então tende a um tipo de voluntarismo que, embora generoso, pode resultar suicida na prática política, como resultou na última década na América Latina."

"Este reducionismo econômico projeta uma espécie de cone de sombra sobre as alternativas históricas e sobre as opções políticas de cada conjuntura. É um estilo, eu diria, guloso de análise, engole o processo da luta de classes."

Fernando Henrique Cardoso



## Também transformar o Estado



Ernesto Laclau



## Democracia e luta popular

O essencial da intervenção de Ernesto Laclau esteve centrado no problema da democracia e na sua relação com as lutas populares.

"O problema da democracia aparece revestido de ambiguidades na discussão política contemporânea. Esta ambiguidade provém do fato de que, tradicionalmente, tem-se feito uma equação de três termos: democracia, liberalismo (formas parlamentares) e hegemonia burguesa. Eu acho que entre esses três elementos não existe ligação necessária. Mais ainda: que o conjunto das lutas democráticas demonstra que só raramente tem ocorrido sob hegemonia burguesa. É completamente falso sustentar que as lutas democráticas na Europa, a partir da revolução burguesa, foram hegemônicas pela burguesia. Pelo contrário, essas lutas foram estabelecidas pelas grandes massas. Mesmo quando, historicamente, as liberdades e reivindicações democráticas se expressaram por meio do parlamento, isso não foi resultado de uma ofensiva da burguesia, mas do fato de que as forças burguesas tiveram que aceitar imposições que vinham do movimento de massas. Portanto, a democracia é sempre algo que tem a ver com a ação e a resistência das massas. A sua formalização em termos liberais é um resultado histórico que não devemos confundir com a essência do problema".

"O mundo contemporâneo nos revela hoje uma ampliação enorme das lutas democráticas, nas quais estão se incorporando novos sujeitos democráticos, diversos do cidadão tradicional de filosofia liberal. Basta pensar nas minorias nacionais, nas minorias raciais, nas lutas das mulheres. Assim, (...) creio que a luta pela redemocratização nas sociedades latino-americanas (e não só latino-americanas) deve ser considerada não apenas uma volta às formas parlamentares. Essa é uma forma de luta importante, mas que deve ser considerada como parte de uma estratégia global de luta pela redemocratização radical do poder".

MAURICIO CINTRA

MAURICIO CINTRA

MAURICIO CINTRA



# CUBA-1 Fidel Castro responde aos Estados Unidos

Há menos de um mês, Fidel Castro, primeiro-secretário do Partido Comunista de Cuba e presidente do Conselho de Estado e do Conselho de Ministros do país, concedeu uma entrevista a três jornalistas norte-americanos que foram ouvi-lo em Havana. EM TEMPO conseguiu a íntegra dessa entrevista, na qual Fidel aborda o problema das relações entre Cuba e os Estados Unidos e a questão africana hoje. Publicamos aqui os trechos mais significativos do debate entre o líder cubano e Barbara Walters (rede ABC), r. Valariani (NBC) e E. Rabel (CBS).

E. Rabel - Senhor presidente, você tem dito várias vezes que o maior obstáculo para a normalização de relações entre os Estados Unidos e Cuba é o bloqueio norte-americano contra Cuba. A intervenção de Cuba na África não representa um impedimento para essa normalização?

FIDEL CASTRO - Que tipo de intervenção é a de Cuba na África? Não se trata de nenhuma intervenção; trata-se simplesmente da colaboração que temos estabelecido com governos legitimamente constituídos que pediram nossa colaboração. E isso não é de forma alguma, a mesma coisa. Os Estados Unidos não colaboram militarmente com dezenas de países em todo o mundo? Não existem tropas americanas no Japão, em Okinawa, na Coreia, em Taiwan (China Nacionalista)? Não existem bases norte-americanas na Turquia, na Grécia, em toda a Europa? Não existem soldados norte-americanos aqui em Guantánamo contra a vontade do nosso povo? Eu sei que os soldados norte-americanos estão no Panamá contra a vontade do povo panamenho e estão em Cuba contra a vontade do povo cubano. Nós não estamos em nenhuma parte contra a vontade de nenhum governo, nem contra a vontade de nenhum povo. Isso não se pode qualificar de intervenção. Isso é simples pretexto do governo dos Estados Unidos para manter uma medida tão desumana e tão injusta como o bloqueio econômico. Eu não entendo

como se pode conciliar a intenção de matar pela fome a todo um povo com os princípios dos direitos humanos.

E. Rabel - Para continuar com essa mesma pergunta, com relação à normalização de relações entre os Estados Unidos e Cuba: Você tem planos de retirar a missão diplomática cubana de Washington, ou de pedir aos Estados Unidos que retirem sua missão diplomática de Havana, devido às divergências entre os Estados Unidos e Cuba quanto à presença de Cuba na África?

F.C. - Não. O Escritório de Interesses foi estabelecido a pedido do governo dos Estados Unidos, e nós o aceitamos. Parece-nos que isso foi um passo positivo e construtivo; não teria nenhum fundamento que nós interrompêssemos essa mínima relação que existe. Portanto, não temos intenção de romper esse pequeno vínculo diplomático que existe entre os Estados Unidos e Cuba.

Além do mais, ele pode ser muito útil, como demonstrou o problema dos katangueses (no Zaire), porque nós utilizamos o Escritório para enviar uma importante mensagem confidencial ao governo dos Estados Unidos. Nós não temos culpa de que essa mensagem tenha sido divulgada. Eu creio que os Estados Unidos poderiam ter utilizado esse meio, esse mesmo Escritório, se tinham alguma dúvida ou existia alguma confusão sobre o problema, para

transmitir-la a Cuba, e, sem dúvida, nós teríamos ajudado a esclarecer esse problema.

Mas penso que foi um passo positivo dado por parte dos Estados Unidos e Cuba com o estabelecimento desses Escritórios de Interesses.

R. Valariani - Senhor presidente, o governo dos Estados Unidos diz ter provas concretas de que os cubanos estiveram envolvidos no recrutamento dos katangueses durante o ano passado, cerca de 5 mil recrutas, além de mil e 500 veteranos da primeira invasão; que esses katangueses foram levados a cinco bases em Angola - os EUA dizem que têm os seus nomes - e que foram treinados nessas bases por instrutores cubanos, e que os assessores cubanos levaram os katangueses, pela fronteira com a Zâmbia, até o Zaire, partindo de Angola. E agora há um informe, que já foi publicado, de que foram vistos cubanos em Kolwezi, na província de Shaba.

F.C. - Olha, todas essas notícias saem de um sumário que a CIA divulgou aos jornalistas.

Nesse sumário se diz que "Cuba pode ter equipado e reorganizado a força katanguesa em Angola em uma data tão longínqua como em 1975". Há algo de correto nisso, porque durante a guerra de Angola os katangueses lutaram junto com o MPLA, e em algumas frentes estiveram juntos conosco. Na realidade, agiram.

Agora, bem, isso foi em fins de 1975 e em princípios de 1976.

O que afirma esse informe que "Cuba proporcionou planejamento e treinamento para uma invasão de Shaba por 2000 katangueses em março de 1977, e depois do fracasso dessa operação, continuou ajudando os rebeldes até pouco antes de sua última tentativa de invasão em maio de 78), isso é absolutamente mentira.

Segundo, esse sumário acusa os assessores soviéticos e cubanos de "ter solicitado ao governo de Angola em

1976 que permitissem excursões dentro do Zaire, e que o pessoal cubano e alemão-oriental treinou os rebeldes na base aérea de Saurino, na província angolana de Luanda". É absolutamente mentira.

Há mais uma questão. Que nós cubanos falamos com Lane em Havana, lhe explicamos que os soviéticos tinham a mesma posição que nós nesse problema de Shaba, e que os soviéticos não tinham absolutamente nada a ver com este problema. Disso não se falou, mas nós informamos o governo dos Estados Unidos sobre esta questão.

Outro ponto do sumário diz: "Depois da invasão de 1977, instrutores cubanos treinaram os rebeldes em bases no noroeste de Angola: Cazombo, Nova Chaves, Chicapo, Seremo e Kamisfomo". Isto é absolutamente mentira.

Quarto: "Em princípios deste ano o líder katanguês Nathanael M'Bumba declarou sua intenção de eliminar o governo do Zaire, e assegurou que para fazê-lo tinha o apoio de Angola". Isso não sei, eu sei o que disse e a quem disse esse senhor M'Bumba. Mas pelo que sei, posso assegurar que nós nunca lhe dissemos que iríamos colaborar com seu movimento.

Há uma questão clara. Nós recebemos em CUBA Sam Nujoma, líder da SWAPO; nós recebemos Nkomo, dirigentes da Frente Patriótica; nós recebemos Oliver Tambo, líder do Movimento Patriótico na África do Sul; nós os recebemos com todas as honras e os divulgamos. Se tivéssemos considerado que era politicamente correto do nosso ponto de vista apoiar o senhor M'Bumba e seu movimento, nós o teríamos recebido e o teríamos apoiado.

Nós nunca desmentimos nenhum tipo de colaboração com nenhum movimento revolucionário desde que a Revolução existe e, portanto, nos negamos terminantemente a aceitar que estamos dando um apoio político que não estamos. É disso que se trata.

Ponto cinco. Disse o sumário da



CIA: "Durante todo este tempo os cubanos estiveram envolvidos na organização da logística do movimento rebelde até a fronteira de Zâmbia e o acompanharam até o ponto onde deixou o território angolano". Digo que isto é absolutamente mentira. Nós não fornecemos nenhuma arma, nós não fornecemos nenhum abastecimento, nós não

transportamos um só katanguês e não havia nenhum cubano acompanhando os katangueses até a fronteira de Zâmbia.

Nós, quando fazemos as coisas, as fazemos e nos responsabilizamos por elas. Quando não as fazemos, as negamos; não andamos com mentiras.

Muitos dos soldados etíopes que vão lutar na Eritrêa são ex-camponeses que marcham com esperanças de ver concretizadas as promessas do governo de Addis Abeba: receber terras depois de capturar os "bandidos reacionários que querem invadir a Etiópia".

Capturados, eles ficam presos em cabanas de palha, cabelos raspados, fazendo trabalhos artesanais, sob a vigilância de jovens armados de metralhadora.

Ari Candido Fernandes, o primeiro brasileiro a percorrer a Eritrêa, num relato exclusivo a EM TEMPO nesta terceira parte da reportagem fala ainda das escolas e do curso político da Frente de Libertação da Eritrêa, que reúne até mesmo jovens sudaneses e egípcios em férias.

## ERITRÉIA-III

Na segunda parte desta reportagem, Ari Candido Fernandes descreveu o campo onde funciona o Escritório de Informação e o Escritório Social da Frente de Libertação da Eritrêa. O primeiro cuidado da formação de mão de obra especializada - desde mecânicos até guias para visitantes, que são enviados à linha de frente dos combates - e também da publicação de revistas e preparação de programas de rádio. O segundo trata de organizar a assistência médica - todo acampamento da FLE tem pelo menos um médico -, de creches para filhos de guerrilheiros mortos, escolas, do planejamento e construção de pontes, clínicas, sistemas de irrigação etc.



## As neuroses numa prisão de palha

Seis horas da tarde, o chá é servido para todos no acampamento. Em volta de rádios de pilha, se reúnem guerrilheiros e civis, bebericando ou chá ou leite de cabra servido bem quente. É a hora em que, de Cartum, transmite-se um programa de rádio para a Eritrêa, em língua tigrina e árabe. Cada frente de libertação - FLE (Frente de Libertação da Eritrêa) e FPLE (Frente Popular de Libertação da

Eritrêa) - é responsável por metade dos 40 minutos totais do programa.

O chá vem carregado de açúcar. O açúcar é um estimulante que dá rapidamente energia para os combatentes, muitos deles mal nutridos. Imaginava como homens de pernas tão finas e fracas podem fazer marchas longas e deslocamentos militares rápidos. Mas a apa-

rência de fraqueza era desmentida pela energia e obstinação estampada nos rostos magros. Em rostos que sorriam dentes brancos e brilhantes, graças ao caule de uma planta que esfregam nos dentes.

Uma coluna de homens com cabelos raspados, alguns mancando, olhares perdidos, saiu do círculo de cabanas de palha amarela, guardados por jovens de metralhadora em punho. Eram cerca de 800 prisioneiros de guerra etíopes da prisão de Mocarabe. Um major, vice-comandante da guarnição militar etíope, ao descrever como foi capturado na batalha de Tessanei, criticou o coronel Mengistu Haile Marian - presidente do DERG (governo militar da Etiópia).

Muitos desses prisioneiros eram camponeses etíopes, convocados para as "Marchas Vermelhas", para reconquista da 14ª província etíope - a Eritrêa. Eles vinham para a luta confiando nas promessas de receber terras na Eritrêa... se capturassem os "poucos bandidos" (shifitas) armados e estimulados pelos árabes reacionários... que queriam invadir a Etiópia... Agora, de moral baixa, temiam voltar para seu país, prevenindo perseguições por parte do DERG.

Percorri as cabanas distribuindo cigarros. Ali estavam as neuroses de guerra, os distúrbios mentais causados pela tensão e medo durante os bombardeios; alguns olhavam o teto em total indiferença. Vários corpos desses prisioneiros tinham as marcas da malária. Enrolados em mantos, a maioria não tomava conhecimento da minha passagem. Os pretos fazem trabalhos artesanais.

De novo no jeep, seguindo viagem, o guia explica que a alimen-



Na prisão de Mocarabe, a desilusão com as promessas do governo da Etiópia.

tação dos prisioneiros é um dos maiores problemas que a guerrilha enfrenta. A comida, disse, tem praticamente de ser tirada das bocas dos combatentes para ser dada aos prisioneiros. Sugeriu que fosse lançado um apelo, através dos jornais europeus, às organizações humanitárias internacionais, para salvar muitas vidas.

### Na escola

Na escola dos "filhos de mártires" as respostas às minhas perguntas eram prontas, automáticas decoradas. Embora toda a conversa com as crianças, debaixo de árvores, protegidos do sol escaldante, tenha sido traduzida pelo guia, a maneira desenvolvida e a segurança

da voz da menina que me fixava nos olhos convenceu-me que não havia mentiras na tradução. Por que vocês vieram para a escola? A garotinha de olhos redondos e cabelos amarrados se levantou: Nós crianças eritreanas viemos para a escola porque somos as flores de hoje e os frutos de amanhã, assim a Eritrêa de amanhã é nossa.

Como vocês sabem que o governo etíope é inimigo? Nós sabemos que o governo etíope é nosso inimigo pela sua ação brutal, destruindo nossas casas com aviões. Que tipo de governo vocês gostariam de ter na Eritrêa depois da vitória? Um governo onde todos possamos estudar com paz e fazer o que queremos.

Um quadro negro sob as árvores,

jovens estudantes, parte vinda do Sudão e Egito em férias, guerrilheiros, camponeses que participam da formação de cooperativistas, sentados no chão, assistem as aulas de educação política. Dois professores - um para língua tigrina, outro para árabe - explicam o tema do dia, A Comuna de Paris.

Que condições objetivas e subjetivas provocaram a queda da Comuna? Braços se levantam. Uma guerrilheira com um lenço de cabeça em quadrinhos brancos e pretos (símbolo da resistência palestina) levanta-se: Nós vemos que a classe operária tomou o poder por 72 dias e depois caiu. A primeira causa dessa queda foi a linha adotada pela administração que estava no poder. As contradições entre opressores e oprimidos tinham alcançado um alto nível, e daí a classe oprimida foi obrigada a dar um passo decisivo e histórico. Mas, na administração, a burguesia ainda controlava eixos econômicos importantes, como o bancário, uma das causas da asfixia da revolta.

As condições subjetivas, continua a moça, estavam reunidas: as massas participavam largamente do movimento. As forças progressivas estavam reunidas em uma só organização. A vanguarda de líderes que passou uma longa experiência tinha uma estratégia; mas a burguesia e seus líderes não estavam enfraquecidos internamente o suficiente para serem levados pela conquista total do poder (economicamente) pela Comuna. Assim, as condições subjetivas estavam preparadas - revolta uma organização progressista reunindo todas as suas forças, etc. -, mas não as objetivas - o capitalismo não tinha alcançado um alto desenvolvimento e as bases econômicas desta revolução foi minada.



# ESTUDANTES

## A UEE paulista frente à Frente

No lançamento da Frente Nacional de Redemocratização, no dia 30, em São Paulo, a União Estadual dos Estudantes de São Paulo conclamou o movimento a "se definir cristalinamente pelos objetivos que unificam hoje todos os setores democráticos", isto é, anistia ampla e irrestrita, liberdade sindical e de organização partidária, direito de greve e de articulação da CGT, criação da UNE e uma Assembleia Nacional Constituinte, Livre e Democrática e Soberana. Abaixo, a íntegra do manifesto:

"A União Estadual dos Estudantes (UEE-SP), por nós representada, considera importante salientar que, em nosso lugar, nesse instante, aqui deveria estar a UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE). Não está porque foi destruída pelos organismos e leis repressivos que do golpe militar de 1964 instaurou.

Nós estudantes, que temos uma longa tradição de luta pela Liberdade e pelos mais legítimos interesses populares, queremos precisar a nossa visão sobre a Luta Democrática.

A nosso ver, o fim do regime ditatorial não virá de forma alguma a partir de acordos palacianos e de cúpula, de conciliação com os que oprimiram o povo, torturando e assassinando seus representantes, impondo a ilegalidade aos partidos populares, destruindo as entidades representativas dos trabalhadores.

A nosso ver, não existe Democracia sem a participação efetiva dos trabalhadores, das amplas massas populares, participação esta que deve se dar desde já, desde a própria luta pelas Liberdades Democráticas. Dizemos mais: para nós a Luta Democrática só pode ser conseguida se tiver como força dirigente os trabalhadores.

Não encaramos a Frente Nacional de Redemocratização como algo negativo. Ao contrário, julgamos positivas todas as tentativas de organização dos setores descontentes dispostos a lutar pelas Liberdades Democráticas.

No entanto, achamos que uma Frente realmente conseguida pelas Liberdades Democráticas, não pode prescindir da colocação clara dos objetivos que unificam hoje a maioria da população oprimida. Por isso dizemos:

Queremos ANISTIA AMPLA E IRRESTRITA, para todos os presos políticos, exilados, cassados e banidos.

Queremos a mais ampla LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA.

Queremos LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL,

incluindo a liberdade para os trabalhadores articularem a sua CGT, queremos o direito irrestrito de greve.

Queremos o direito de reconstruirmos a nossa UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES, sem qualquer cerceamento e controle por parte do governo. Queremos realizar livremente o nosso IV ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES, sem sermos reprimidos.

Queremos uma ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE, LIVRE, DEMOCRÁTICA E SOBERANA

QUEREMOS, PORTANTO, O FIM DA DITADURA!!!

A UEE, através de sua diretoria eleita pelo voto livre e direito dos estudantes paulistas, não se dispõe, a participar desta frente.

Hoje, no país, a partir dos bairros, das escolas, das fábricas, mais do que nunca, se avoluma e toma corpo a luta pelas Liberdades Democráticas. Da parte dos estudantes, nos situações neste movimento, que nasce e se consolida com a força dos trabalhadores e demais setores populares. Acreditamos que é a partir dele que se forjará a Frente realmente interessada na Democracia, lutando pela derubada da Ditadura Militar, e conquista dos objetivos aqui levantados.

Propomos a travar lutas em comum com todos os que se definam claramente pelos objetivos aqui levantados.

Conclamamos a Frente Nacional de Redemocratização a se definir, cristalinamente, por esses objetivos, que unificam hoje todos os setores Democráticos.

A UEE reitera a disposição de luta dos estudantes paulistas pela Liberdade e por uma sociedade mais justa, se posicionando:

PELA ANISTIA AMPLA E IRRESTRITA \* PELO DESMANTELAMENTO DE TODO O APARATO REPRESSIVO DO REGIME \* PELA LIBERDADE SINDICAL E PARTIDÁRIA \* PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS ABAIXO A DITADURA!"

# REPRESSÃO

## Recife: ameaças de novas prisões.

"Reafirmamos nossa preocupação com a possibilidade de novas prisões, especificamente do colega Orlando Mindelo e dos companheiros Anísio e Cesário. É bom que fique claro que não ficaremos calados, de mãos amarradas, permitindo que colegas nossos sejam ameaçados por investidas falsas e mentirosas como essa".

"Ontem, dia 9/07, o Jornal do Comércio publicou uma nota a qual acusava pessoas ligadas a diversos setores de oposição de participar da suposta rearticulação do PCR. A nota não está assinada, sendo vagamente atribuída a "autoridades do setor de segurança", o que demonstra uma mudança de tática dos desgastados órgãos de repressão, que, antes, seqüestravam primeiro e procuravam justificar-se depois. Hoje, estes mesmos órgãos, covardemente escondidos no anonimato publicam uma infame nota que acusa todo mundo - entidades estudantis, Igreja, Ação Católica Operária e camponeses, inclusive citando nomes e não compromete nenhum dos acusadores. A quem podemos cobrar as provas?"

Claramente intimidatórias, as acusações constituem-se numa ameaça e numa tentativa de justificar novas prisões.

A nota acusa Orlando Mindelo, funcionário do semanário EM TEMPO, de dirigir a subversão do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pernambuco. Na verdade, Orlando não é mais estudante e, portanto, não mais participa desta entidade, da qual foi presidente de 1976 a 1977, quando o D.C.E. sofreu intervenção por parte da Reitoria. A acusação de irregularidades administrativas feita naquela ocasião, foi apenas um pretexto para afastar uma diretoria combativa, comprometida com os interesses dos estudantes, pondo em seu lugar os fantoches da reitoria. Tão inconsistentes eram as acusações que o processo foi arquivado.

Quanto a Cajá, não é de hoje que os órgãos de repressão vem fabricando fatos e forjando provas na tentativa de incriminá-lo. Essas tentativas vêm sendo rebatidas uma a uma e a falsidade da "provas" apresentadas já é do conhecimento de todos. Cabe-nos aqui apenas lembrar que Cajá não poderia integrar o Diretório Acadêmico do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, já que é aluno de Ciências Sociais, e portanto membro do Diretório do Centro de Ciências Humanas.

As "autoridades do setor de segurança"(?), acusam também dois colegas da Universidade Federal Rural de Pernambuco - Anísio e Cesário - de orientarem as atividades do PCR naquela

Universidade, alegando terem os dois deflagrado uma "greve ilegal" em fins do ano passado. Acontece que a greve foi decidida com a participação de mais de 800 estudantes que lutavam, na época pelos Cursos de Férias, reivindicação não de dois, mas de todos os colegas da Rural.

Quanto à "ilegalidade" da greve e as suspensões arbitrárias que daí advieram, podem ser compreendidas se atentarmos para o significado de toda a legislação que a Ditadura Militar criou para se manter no poder.

Além disso, a afirmação de que Anísio "já foi processado pela prática de subversão ligada ao PCR", é mais uma demonstração das constantes distorções dos fatos, maquinados pela repressão. Na verdade, Anísio foi detido numa manifestação estudantil na Paraíba, como participante do movimento securdária, sendo libertado logo após ter respondido a algumas perguntas.

Hoje, todas as prisões, seqüestros, torturas e arbitrariedades cometidos pelos órgãos de repressão do Estado têm como pretexto a suposta "rearticulação do PCR", articulação esta que existe apenas nas cabeças das "autoridades". Estas chegam a imaginar "campos de treinamento de guerrilha" em pleno interior do Piauí, destinados a preparar camponeses para a luta armada, quando sabemos que as únicas armas que os camponeses vêem são as dos gileiros que lhes roubam as terras e a sua única doutrina é de trabalhar até a morte para enriquecer os latifundiários.

Reafirmamos nossa preocupação com a possibilidade de novas prisões, especificamente do colega Orlando Mindelo e dos companheiros Anísio e Cesário. É bom que fique claro que não ficaremos calados, de mãos amarradas, permitindo que colegas nossos sejam ameaçados por investidas falsas e mentirosas como essa.

Contra a falsidade e a mentira dos órgãos de repressão, existe a verdade. E esta verdade vai sempre fazendo o seu caminho silencioso pela terra, e no seio do povo encontra abrigo. Para essas autoridades, ela, a verdade, é pior que o ferro e o fogo. A verdade é a nossa melhor arma; para as autoridades é uma inimiga declarada".

Diretório Central dos Estudantes da UFPE - Recife

# CIENTISTAS

## Qual o papel do pesquisador?

Aproveitando a 30ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, o SOCIT - Pesquisadores Associados em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, publica agora seu documento básico. Fundado em 10 de dezembro de 1977, o grupo procurou integrar-se em diversas atividades, como forma de dinamizar suas discussões.

Eis o documento:

"Foi numa conjuntura tensa e amarga que iniciamos a constituição de uma entidade que contribuiu para o combate aos obstáculos que se opõem a todos os que pretendem dedicar-se à investigação social no Brasil.

Envolvido por um clima de permanente suspeição quanto aos objetivos e resultados de seu trabalho, o cientista social se vê, além disso, constrangido a buscar seu sustento, quase que exclusivamente, na atividade didática; esta, por sua vez, sendo exercida em instituições pouco preocupadas com a investigação ou declaradamente comprometidas com o ensino enquanto atividade mercantil, sem falar no cerceamento político e ideológico generalizado, vê-se reduzido a uma peregrinação desgastante e pulverizada por dezenas de salas de aula, mal reunindo uma remuneração sabidamente exploratória.

Nestas salas, deparamo-nos com um público heterogêneo, que ali veio parar através de processos seletivos deformadores e portador de expectativas que por nos soarem estranhas, custamos a compreender, instaurando-se assim uma relação muitas vezes esterilmente conflituosa.

E o que dizer das próprias instituições de pesquisa, ora tentando, acossadas pelo fantasma de financiamentos descontínuos a manter um programa de pesquisas que encontre ressonância junto aos órgãos estatais ou privados, ora transformadas em

campo de trabalho de profissões nem sequer regulamentadas, produzindo uma concorrência marcada por individualismos, invejas, monopolização do conhecimento e imunidade à crítica?

Entretanto, por força mesmo de tudo que dissemos acima, colocamo-nos abertos a outras preocupações e a todos aqueles que, sob forma de discussão, intercâmbio ou enfim, participam, partilham das preocupações e objetivos que expusemos.

Por sermos independentes de qualquer instituição oficial, financiados pelas cotas de nossos associados, doações, subvenções e taxas de custeio de nossas atividades, o que temos a oferecer é a discussão aberta das questões e a colaboração no trabalho científico. Queremos, por fim, explicitar nosso acolhimento à pluralidade de pensamento, o que só poderá enriquecer a análise científica.

Aguardando a aproximação dos companheiros de trabalho que se sensibilizarem por nossa proposta, indicamos como referências os nomes dos sócios fundadores e componentes do Conselho Diretor."

Gisálio Cerqueira Filho (presidente) Michel Misse (secretário), Carlos Walter Porto Gonçalves (tesoureiro), Ana Maria Motta Ribeiro, Antonio Carlos de Araújo Miranda, Antônio A. Serra, Dilson Fonseca da Motta, Drauzio Rodrigo Macedo Gonzaga, Gislene Neder, Nilce Moreira de Azevedo - Rio de Janeiro

## Aparte

Cartas, críticas, sugestões, apartes, etc., para: rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros, São Paulo - CEP: 05415. A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos. Mas solicita que os correspondentes façam um esforço para não ultrapassar 50 linhas de texto datilografado, na base de 70 toques por linha. E mais: solicita-se que os correspondentes dêem seus nomes e endereços completos.

## Sugestões ZAPATA

para você pedir pelo reembolso postal

É so escrever para Rua Dr. Cesário Mota Jr., 285, São Paulo, S.P. CEP 01221, telefone, 222-2861.

Adelaine Kallental - A Nova Mulher e a Moral Sexual, Cr\$ 60,00.  
 Antônio Calçada - Vietnã do Norte, Advertência aos Professores, Cr\$ 75,00; Bar Don Juan, Cr\$ 80,00; Reflexos do Baile, Cr\$ 75,00.  
 Antônio Gramsci - Maquiavel, a Política e o Estado Moderno, Cr\$ 130,00; Literatura e Vida Nacional, Cr\$ 100,00; Os Intelectuais e a Organização da Cultura, Cr\$ 100,00; A Concepção Dialética da História, Cr\$ 120,00; Cartas da Cárcere, Cr\$ 140,00.  
 Augusto Brasil - Teatro do Oprimido, Cr\$ 100,00; Duas Estratégias e Jogar para o Ator e o não-Ator, Cr\$ 65,00; Crônicas da Nossa América, Cr\$ 45,00; Jans Spiritus, Cr\$ 55,00.  
 Adolfo Sereque Vazquez - Filosofia da Praxis, Cr\$ 155,00; Ética, Cr\$ 120,00; As Ideias Estéticas de Marx, Cr\$ 140,00.  
 Carlos Gentile de Mello - Saúde e Assistência Médica no Brasil, Cr\$ 120,00.  
 Celso Frederico - A Consciência Operária no Brasil, Cr\$ 84,00.  
 Celso Furtado - O Mito do Desenvolvimento Econômico, Cr\$ 60,00; Análise do Modelo Brasileiro, Cr\$ 60,00; Formação Econômica do Brasil, Cr\$ 84,00; Política e Nova Economia Política, Cr\$ 65,00; Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico, Cr\$ 80,00; Brasil: Tempos Modernos, Cr\$ 90,00.  
 Carlos Nelson Coutinho - O Estruturalismo e a Miséria da Razão, Cr\$ 100,00.

Chico de Oliveira - Crítica à Razão Dualista, Cr\$ 40,00; Elegia para uma Religião, Cr\$ 70,00; A Economia da Dependência Imperfeita, Cr\$ 90,00.  
 Chico Buarque - Gota d'Água, Cr\$ 80,00; Calabar, Cr\$ 50,00; Fazenda Modelo, Cr\$ 60,00.  
 Darci Ribeiro - Maira, Cr\$ 150,00; Os Índios e a Civilização, Cr\$ 180,00; Jura Sai à Procura de Deus, Cr\$ 80,00; As Américas e a Civilização, Cr\$ 200,00; O Processo Civilizatório, Cr\$ 80,00; Configurações Históricas Culturais dos Povos Latino-Americanos, Cr\$ 60,00; Teoria do Brasil, Cr\$ 90,00.  
 Eduardo Galeano - As Veias Abertas da América Latina, Cr\$ 130,00; Vagabundo, Cr\$ 60,00; A Canção de Nossa Gente, Cr\$ 85,00.  
 Ferreira Guller - Poema Sujo, Cr\$ 60,00; A Luta Corporal, Cr\$ 60,00; Dentro do Noite Veloz, Cr\$ 60,00; Vanguarda e Subdesenvolvimento, Cr\$ 80,00.  
 Flávia Fernandes - A Sociologia no Brasil, Cr\$ 100,00; A Sociologia numa Era de Revolução Social, Cr\$ 120,00; Sociologia de Classes e Subdesenvolvimento, Cr\$ 90,00; Brancos e Negros em São Paulo, Cr\$ 75,00; Elementos de Sociologia Teórica, Cr\$ 80,00; A Investigação Etnológica no Brasil, Cr\$ 110,00; Circuito Fechado, Cr\$ 80,00; O Falcão em Questão, Cr\$ 100,00; Capitalismo Dependente, Cr\$ 60,00; Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada, Cr\$ 150,00; Mudanças Sociais no Brasil, Cr\$ 80,00.  
 Fernanda Henrique Cardosa - Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes, Cr\$ 80,00; O Modelo Político Brasileiro, Cr\$ 75,00; Autoritarismo e Democratização, Cr\$ 95,00; Dependência e Desenvolvimento na América Latina, Cr\$ 65,00.  
 Frei Betto - Das Catombas, Cr\$ 90,00; Cartas do Prisão, Cr\$ 100,00; Oração na Ação, Cr\$ 60,00.

G. Lukács - Introdução à Estética Marxista, Cr\$ 100,00; Teoria do Romance, Cr\$ 25,00.  
 G. Plekhanov - Concepção Materialista da História, Cr\$ 65,00; A Arte e a Vida Social, Cr\$ 60,00.  
 G. Politzer - Princípios Fundamentais de Filosofia, Cr\$ 100,00.  
 Graciliano Ramos - Memórias do Cárcere, dois volumes, Cr\$ 165,00; Vidas Secas, Cr\$ 35,00; São Bernardo, Cr\$ 35,00.  
 Harry Braverman - Trabalho e Capital Monopolista, Cr\$ 140,00.  
 John Reed - Dez Dias que Abalaram o Mundo, Cr\$ 90,00.  
 José J. Veiga - A Hora dos Ruminantes, Cr\$ 60,00; Sombra de Reis Barbudos, Cr\$ 70,00; Os Pescados de Tribo, Cr\$ 60,00; Cavaleiros de Platipato, Cr\$ 50,00; A Máquina Extremada, Cr\$ 50,00.  
 Jacobo Góndez - O Escravismo Colonial, Cr\$ 230,00.  
 José Laursaire - Infância dos Martires, Cr\$ 120,00; Lúcia Flávia, Cr\$ 75,00.  
 Jesus de Castro - Documentário do Nordeste, Cr\$ 50,00; Selo Palmos de Terra e um Caixão, Cr\$ 70,00; Homens e Caranqueiros, Cr\$ 50,00.  
 Karl Marx e F. Engels - O Capital, seis volumes, Cr\$ 1.200,00; Cartas Filosóficas e O Manifesto, Cr\$ 55,00; Formações Econômicas Pré-Capitalistas, Cr\$ 70,00; A Ideologia Alemã, dois volumes, Cr\$ 280,00; Miséria da Filosofia, Cr\$ 65,00; Contribuição à Crítica da Economia Política, Cr\$ 120,00; Os Fisiocratas, Cr\$ 70,00; Crítica aos Programas de Gotha e Erfurt, Cr\$ 27,00; A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado, Cr\$ 80,00; A Sagrada Família, Cr\$ 120,00; Anti-Dühring, Cr\$ 95,00; A Dialética da Natureza, Cr\$ 95,00.

Leandro Kandel - Introdução ao Fascismo, Cr\$ 90,00.  
 Leo Huberman - História da Riqueza do Homem, Cr\$ 100,00.  
 Lellene Benbaum - História Sincera da República, quatro volumes, Cr\$ 360,00.  
 Manuel Seara - Bom Dia para os Defuntos, Cr\$ 85,00; Garabombo, o Invisível, Cr\$ 80,00.  
 Maurício Dobb - A Evolução do Capitalismo, Cr\$ 150,00.  
 Maria Conceição Tavares - Da Substituição da Importação ao Capitalismo Financeiro, Cr\$ 80,00.  
 Mário Bando - O Governo João Goulart, Cr\$ 100,00.  
 M. Bukharin - Tratado de Materialismo Histórico, Cr\$ 100,00.  
 M. Poulantzas - As Classes Sociais no Capitalismo da Hoje, Cr\$ 150,00; Poder Político e Classes Sociais, Cr\$ 145,00; A Crise das Ditaduras, Cr\$ 60,00; O Estado em Crise, Cr\$ 160,00.  
 Milton Wernick Sobrinho - História das Burguesias Brasileiras, Cr\$ 120,00; História da Literatura Brasileira, Cr\$ 150,00; O que se deve ler para Conhecer o Brasil, Cr\$ 100,00; História da Imprensa no Brasil, Cr\$ 190,00; Formação Histórica do Brasil, Cr\$ 150,00; Brasil: Radiografia de um Modelo, Cr\$ 55,00; Síntese da História da Cultura Brasileira, Cr\$ 75,00; Introdução à Geografia, Cr\$ 50,00; As razões da Independência, Cr\$ 100,00.  
 Otávio Ianni - Imperialismo e Cultura, Cr\$ 70,00; Formação do Estado Populista na América Latina, Cr\$ 80,00; Estado e Planejamento Econômico no Brasil, Cr\$ 100,00; Imperialismo na América Latina, Cr\$ 80,00; O Colapso do Populismo no Brasil, Cr\$ 90,00; Sociologia da Sociologia Latino-Americana, Cr\$ 70,00; Raças e Classes Sociais no Brasil, Cr\$ 70,00.

Paul M. Sweezy e P. Baran - Capitalismo Monopolista, Cr\$ 120,00; Teoria do Desenvolvimento Capitalista, Cr\$ 150,00; Economia Política do Desenvolvimento, Cr\$ 150,00; Capitalismo Moderno, Cr\$ 100,00; Da Feudalismo ao Capitalismo, Cr\$ 90,00.  
 Paul Singer - Desenvolvimento e Crise, Cr\$ 75,00; Economia Política do Trabalho, Cr\$ 90,00; A Crise da Indústria, Cr\$ 75,00; Curso de Introdução à Economia Política, Cr\$ 95,00; Capital e Trabalho no Campo, Cr\$ 70,00.  
 Paulo Prado - Pedagogia do Oprimido, Cr\$ 95,00; Ação Cultural para a Liberdade, Cr\$ 75,00; Educação como Prática da Liberdade, Cr\$ 80,00; Extensão ou Comunicação?, Cr\$ 60,00; Cartas a Gênesis-Basso, Cr\$ 80,00.  
 Paulo Werneck - Confesso que Vivi, Cr\$ 115,00; Antologia Brasileira, Cr\$ 70,00; Planos Poderes, Cr\$ 85,00; Vinte Poemas de Amor e uma Canção Desesperada, Cr\$ 70,00; Ode Elementares, Cr\$ 160,00; Aínda, Cr\$ 90,00.  
 Plínio Marcos - Querê, uma Reportagem Maliciosa, Cr\$ 38,00; Abajur Lúcia, Cr\$ 35,00; Navalha na Carne, Cr\$ 40,00; Dois Paradis numa Noite Suja, Cr\$ 40,00; Inimici Certo, Cr\$ 25,00.  
 Rosa de Luxemburgo - Introdução à Economia Política, Cr\$ 135,00; A Acumulação de Capital, Cr\$ 160,00; A Crise da Social-Democracia, Cr\$ 75,00.  
 Rui Paes - Cangaceiros e Fandões, Cr\$ 100,00.  
 Wilhelm Reich - Psicologia da Massa de Fascismo, Cr\$ 90,00; Ektu, 26 Ninguém, Cr\$ 85,00; Irrupção de Moral Sexual Repressiva, Cr\$ 95,00; A Função do Organismo, Cr\$ 130,00; A Revolução Sexual, Cr\$ 120,00; Materialismo Dialético e Psicanálise, Cr\$ 70,00.

Há exatamente dez anos, no dia 16 de julho de 1968, começou a greve de Osasco. Cerca de 10 mil trabalhadores reivindicando 35% de aumento, reajustes trimestrais de salário conforme a alta do custo de vida e a contratação coletiva de trabalho. Duas fábricas, Cobrasma e Lonaflex, foram ocupadas pelos operários. Os trabalhadores das outras fábricas, ao invés de irem para casa, marcharam em passeata pela cidade e ocuparam o prédio do Sindicato dos Metalúrgicos.

O ministro Jarbas Passarinho, do Trabalho na época, - que negociara com os grevistas de Contagem em abril - e o ex-governador Abreu Sodré - que raramente utilizava a força contra os estudantes - não perderam tempo: desde o primeiro dia a greve foi duramente reprimida. No sexto dia, a greve já estava derrotada e o sindicato sob intervenção. Mesmo assim, os patrões acabaram concedendo aumentos salariais variáveis, atenderam às reivindicações específicas de fábrica e se comprometeram a

# A GREVE QUE DESAFIOU O PODER

No dia 16 de julho de 1968, a greve estoura em Osasco, seguida de ocupação das fábricas pelos operários, passeatas e repressão militar. O líder metalúrgico José Ibrahim, na época presidente do Sindicato e há muitos anos exilado na Europa, lembra neste depoimento os lances decisivos do movimento.

“ A ocupação da Cobrasma foi detalhadamente planejada, devido às dimensões da fábrica. Foi pensada a melhor maneira de impedir a infiltração policial, a saída do pessoal, como reter os funcionários da administração, dominar as vias de comunicação da empresa e como organizar grupos para explicar à massa as razões da ocupação. Essa ação englobava, ao todo, cerca de 200 companheiros pertencentes aos setores mais avançados da Cobrasma. Esse mesmo esquema foi montado em relação à Lonaflex e nosso principal ponto de apoio eram os comitês e núcleos clandestinos, que atuavam em cada fábrica. Para coordenar o movimento foi formado um comando geral da greve, ao qual estavam subordinados os comitês a nível de empresa. Somente os companheiros que integravam esses comandos sabiam o dia e a hora do movimento.

A Cobrasma (aproximadamente 3 mil operários) parou às 8h e 30m, quando um companheiro do Comando Geral, que trabalhava no setor de Fundição parou seu maçarico e gritou: “Pessoal, é AGORA!” Com essa palavra de ordem, foram parando seção por seção e o pessoal que deixava o trabalho, passava a engrossar o piquete. No mesmo dia, às 13h e 45 m parava (e era ocupada) a Lonaflex.

O movimento grevista foi se estendendo e já de manhã haviam sido paralisadas a Barreto-Keller, e a Fósforos Granada. Eram duas fábricas vizinhas, embora só a primeira seja metalúrgica. (A Granada pertence ao setor Químico.) A Granada tinha cerca de 400 operários, dos quais 350 eram mulheres e menores, o que tornava o trabalho de organização bastante difícil. Foi com a ajuda dos companheiros da Barreto-Keller que conseguimos organizar um grupo de companheiros mais avançados, dispostos a criar condições para que a Granada aderisse ao movimento. As duas fábricas pararam e os trabalhadores desfilaram em passeata até o sindicato.

Depois de organizar a atividade no Sindicato, fui para a Cobrasma. A fábrica tinha dois portões: o da

frente, que conduzia ao escritório central, e, a seguir, um outro que dava acesso direto ao interior da empresa. Quando aí cheguei (primeiro portão), fui barrado pelos guardas da segurança que não me deixaram entrar, dizendo que eu tinha de pedir autorização ao diretor da empresa. Este, da janela do escritório, me chamou para conversar. Eu respondi que não tinha por que lhe pedir autorização, pois a fábrica estava em nossas mãos. Se os operários me dessem ordem de entrar, eu pularia a cerca. E foi o que eu fiz. Os patrões olhavam pela janela, prostrados. Já não mandavam na empresa.

A essa altura, o Ministério do Trabalho já tinha declarado a greve ilegal, decretado a intervenção no Sindicato e designado representantes para ir a Osasco discutir com a direção sindical e os grevistas. Chegaram com tom conciliador, tentando me envolver e dizendo que se parássemos a greve e desocupássemos as fábricas, eles garantiriam o início de conversações com os patrões. Mostrei que a greve havia começado nas fábricas e nós como direção sindical a apoiávamos incondicionalmente. Além do mais, não estava autorizado a realizar qualquer tipo de negociação. Por fim, falei que, se eles quisessem, poderíamos discutir com os companheiros das fábricas e com a assembleia de operários no Sindicato. De fato na Cobrasma, realizou-se uma assembleia da qual participaram os representantes do Ministério e um representante dos patrões. Em nome do Sindicato, eu disse que a greve continuava firme e que contávamos com um grande apoio. O representante do Ministério tentou defender o governo, recebendo uma vaia estrondosa. E o emissário dos patrões manteve uma atitude conciliatória, dizendo que a empresa estava estudando o problema. A repressão chegou com a noite. A tropa de choque da Força Pública entrou em Osasco trazendo cavalaria. ta-

## PESSOAL, É AGORA!



tus, brucutus e atuando em consonância com o DEOPS e passando a controlar todas as saídas da cidade. Os soldados cercaram as fábricas ocupadas, exigindo que a massa saísse.

Os companheiros da Cobrasma discutiram o problema e resolveram não abandonar a fábrica. Da rua, os soldados começaram a fazer guerra de nervos. Foi então que o Barreto aproximou-se da cerca e fez um discurso para os soldados, conclamando-os a não acatar as or-



dens dos oficiais e não reprimir os trabalhadores grevistas. Foi uma fala impressionante. Toda a massa colocou-se atrás dele e os soldados vacilaram. A oficialidade teve que falar com firmeza para fazer os soldados avançarem.

Era mais ou menos meia noite quando começou a invasão. Os tatus e brucutus romperam as barricadas e os companheiros, para se protegerem, apagaram todas as luzes. Houve muito combate corpo a corpo, pois os operários conheciam muito bem a fábrica e valiam-se da escuridão. Os companheiros conseguiram fugir, mas o Barreto foi preso, quando tentava sair. Ao todo, foram presos cerca de 300 grevistas, mas depois da triagem feita na fábrica, somente uns 50 grevistas foram para a delegacia.

A Lonaflex também foi desocupada na mesma noite, um pouco antes. Só que lá não houve prisões. Depois de dialogarem com a Força Pública e receberem garantia de que ninguém seria preso, a massa saiu à rua em um bloco único, que

só se dispersou quando havia se distanciado bastante da repressão.

Nessa mesma noite também foi decretada a intervenção no Sindicato.

No dia 17, a Brown Boveri (a proximadamente 3 mil operários) parou. De acordo com o plano combinado, os companheiros mais avançados deveriam reunir-se num determinado ponto da fábrica e desencadear o movimento. Mas em decorrência da repressão na Cobrasma, o esquema furou, pois só uma minoria compareceu no local combinado. Nesse momento, um companheiro muito combativo, não conformado com a situação, resolveu parar assim mesmo o seu setor. Falou aos companheiros de trabalho e conclamou-os à paralisação, dizendo que não era correto abandonar os trabalhadores das outras fábricas, que haviam aderido ao movimento e sofrido a repressão. A massa aceitou e formou-se um grande piquete para levar a greve às demais seções. Diante da ampliação do movimento, os diretores correram para a caldearia, o setor mais importante da empresa, onde trabalhavam cerca de 600 operários.

Caso esse setor continuasse funcionando, não haveria maiores problemas para a fábrica, mesmo com a paralisação do resto do pessoal. Quando o piquete se defrontou, na seção, com os patrões, a massa vacilou. Novamente o mesmo companheiro fez uso da palavra e gritou que, se o pessoal tivesse medo de parar as máquinas, ele mesmo pararia. Dizendo isso, saltou de onde estava e desligou a primeira máquina que encontrou à sua frente. Em meio aos gritos “Greve, Greve!” a seção parou. E depois saíram às ruas e foram em passeata até o Sindicato.

A fábrica seguinte a parar foi a Braseixos, que fica junto à Cobrasma. Mas esses companheiros abandonaram o trabalho e se organizaram em grupos clandestinos nos bairros e nas igrejas.

pagar a indenização de todos os operários demitidos.

Hoje, dez anos depois, as bandeiras do reajustamento trimestral de salário e da contratação coletiva do trabalho são novamente levantadas pela classe operária. Por um lado, como em Osasco, as oposições sindicais buscam chegar às diretorias dos sindicatos; por outro, é voz corrente nas fábricas a necessidade de organização de comissões de fábrica, comissões que existiram em Osasco de 1965 a 1968.

Por tudo isso, a experiência de Osasco está viva. Mesmo seus erros, como a antecipação da greve ou a radicalização de sua condução, precisam ser analisados para que o movimento operário extraia todas as lições daquela experiência.

Em Tempo publica, nesse número, três trechos do depoimento prestado por José Ibrahim (ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, hoje exilado em Bruxelas) a Cadernos do Presente 2 (Greves operárias 1968-1978).

Também na mesma noite, o Sindicato foi cercado pela polícia, a qual ordenou sua desocupação. O interventor fora até a sede do sindicato com um pelotão de soldados, para assumir as novas funções, mas não conseguiu nem entrar no prédio. Quando a polícia invadiu o Sindicato havia lá dentro cerca de 80 companheiros e eram 22 horas. No quarto dia começou o refluxo: 50% dos operários voltaram ao trabalho. A partir desse momento, praticamente perdemos o controle do movimento. Estávamos sendo procurados pela polícia, não podíamos mais circular por Osasco. No entanto, a greve ainda continuou por mais um dia, depois do qual cerca de 80% dos trabalhadores retornaram às fábricas...

Um movimento de envergadura como a greve de Osasco, para ser vitorioso, tem de levar em consideração uma série de fatores, como a correlação de forças, o nível de organização, a disposição da massa. É preciso sempre tentar obter vitórias parciais, para que se fortaleça a organização e se eleve o nível de consciência da classe operária. Nós fizemos a greve num mau momento, pois se tínhamos condições para mobilizar a massa, faltava-nos organização suficiente para sustentar o movimento. Por outro lado, embora lutássemos sempre para criar uma organização independente nas fábricas, os comitês que surgiram continuaram na dependência do Sindicato. Não que tivéssemos fortalecido intencionalmente o Sindicato em detrimento de nossa meta principal, mas porque se tratava de uma experiência nova. Os comitês dependiam do grupo, que girava em torno do Sindicato. Tudo girava em torno do sindicato. Jamais nos preocupamos a sério em montar, nos bairros, uma infra-estrutura independente do Sindicato. Foi por essa razão que quando a polícia ocupou o Sindicato e nós fomos impedidos de circular em Osasco, a greve entrou em refluxo.

Fora isso, existe o problema de nossa visão política (nessa época bem militarista), que influi na decisão de antecipar a greve, bem como na forma de encaminhá-la.

## A primeira comissão de fábrica

Eu e alguns companheiros tínhamos ligações com operários militantes do Partido Comunista (jamais pertencemos à organização), que vinham divergindo, desde antes de 1964, de sua linha política e criticavam o cupulismo e a falta de preocupação com a organização da base.

Por volta de 1963, sob influência desses companheiros, fundamos também na Cobrasma, um comitê clandestino, que se dedicou à distribuição de pequenos panfletos, volantes que agitavam os problemas existentes na fábrica e algumas questões políticas mais gerais. Eram colocados nos banheiros, nos armários e dentro dos capacetes dos companheiros de trabalho, que os passavam adiante. Era um trabalho miúdo, cujo centro era a atividade sindical, embora mesmo antes do golpe tivéssemos uma atitude de crítica frente ao Sindicato. Achávamos que o Sindicato era um instrumento de luta importante, que se devia atuar dentro dele, sem descober, entretanto, suas limitações. Assim, começamos a defender a necessidade de uma organização independente, mas

sem negar a participação no Sindicato. Era necessário negar o sindicato a partir de dentro, pois era uma bobagem dizer “abaixo o Sindicato, viva o Comitê de empresa!” Essa posição sempre norteou nosso trabalho em Osasco. Jamais a abandonamos, e, pessoalmente, continuei com essa posição até hoje.

Um núcleo de militantes da FNT (Frente Nacional do Trabalho) que trabalhava na Cobrasma organizou, também, por volta de 1963, uma comissão de fábrica semilegal, formada por 10 trabalhadores, e junto ao patrão reivindicou sua legislação. Este, a princípio, não aceitou o diálogo e o pessoal mais combativo da comissão foi inclusive demitido. Como eles faziam um trabalho semelhante ao nosso, fui destacado para fazer a aproximação entre os dois grupos. Dai em diante, passei a fazer parte das duas organizações. Isto é, do Comitê clandestino e da comissão dos 10.

Logo após o golpe ocorreu um fato que fez com que a comissão ganhasse importância. Um dia houve uma explosão na fábrica e

um companheiro muito conhecido, que trabalhava na boca do forno, feriu-se gravemente e morreu no hospital. O acontecimento comoveu todo mundo e a comissão programou uma paralisação para a hora do enterro.

No momento exato tocou-se o apito da fábrica e houve um silêncio total, com todo o pessoal tirando os capacetes em sinal de respeito. Durante cinco minutos a fábrica parou. Inclusive os chefes e os engenheiros que estavam na produção.

Imediatamente, os patrões procuraram estabelecer um diálogo mais direto com a comissão, tentando envolvê-la e desmoralizá-la. Nós reivindicamos então sua legalização com imunidade para os representantes isto é, a garantia de que não seriam despedidos. De início a proposta foi negada, mas finalmente a própria direção da empresa propôs que se realizassem eleições dentro da fábrica, para que os membros da comissão fossem escolhidos. A fábrica foi dividida em 19 setores, correspondentes às 19 seções existentes, e cada um deveria eleger um representante e um suplente para a comissão, que ficou composta por 38 operários (19 efetivos e 19 suplentes), representando mais ou menos 3.200 trabalhadores.

## Uma diretoria sindical diferente

“Em nossa prática procurávamos não ser paternalistas, não assumir uma posição de cúpula, não resolver os problemas pela massa, mas fazê-la participar dando-lhe tarefas concretas. Ao combater a atuação do sindicato, nunca dizíamos que a diretoria era pelega ou traidora, e nem mesmo vaiávamos os pelegos.

Apenas apresentávamos uma alternativa baseada no exemplo da Cobrasma e da comissão de empresa. Além disso, quando eles diziam durante a campanha salarial que era necessário reivindicar 30% de aumento, porque de acordo com a tabelinha do governo o reajuste seria de 25%, nós afirmávamos que o certo seria reivindicar 50%, para dessa forma denunciar o arrocho e o custo de vida. Como se vê, nossa ascensão até o sindicato foi um processo.

As eleições se realizaram em julho de 1967 e nós vencemos com maioria absoluta em primeira votação. Foi a primeira vez na história do movimento sindical que uma chapa de oposição, concorrendo com duas outras e sem nenhuma ligação com a máquina sindical ou com qualquer tendência tradicional no movimento operário obteve uma vitória dessas.

Vale ressaltar que nós perde-

mos em todas as fábricas e só ganhamos na Cobrasma, onde tivemos 99% dos votos. Só a chefia não votou conosco.

A ênfase de nossa atuação passou a girar em torno da luta econômica e política. Para atingir esse objetivo voltamos toda a máquina sindical, no sentido de criar uma organização independente, iniciando um processo de mobilização fábrica por fábrica. A agitação de todos os problemas internos na empresa abria caminho para a organização dos comitês clandestinos.

Essa manifestação repercutiu profundamente em Osasco, acentuando o nível de radicalização e de combatividade da massa. Era uma época em que se realizavam pequenas paralisações por empresas e eram frequentes as assembleias gerais no Sindicato. Foi nessa ocasião que ocorreu a greve da Barreto-Keller. Os trabalhadores dessa empresa estavam reivindicando aumento salarial, e os patrões haviam prometido atender suas

reivindicações. Mas no dia do pagamento, o aumento veio apenas para alguns companheiros...

Formamos imediatamente uma comissão provisória com os companheiros mais antigos na fábrica. (A greve durou sete dias.) Apesar das ameaças, os patrões terminaram concordando em ceder: aumento salarial, melhoria nas condições de trabalho e legalização da comissão de empresa.

Entretanto, os operários não queriam aceitar o acordo. A greve fora organizada por um comitê totalmente independente do grupo de esquerda. Nós nos reunimos, analisamos a situação, convocamos os comitês de empresa e explicamos que não estávamos organizados para ir à greve; que ela deveria ser feita somente em novembro, época do dissídio coletivo dos metalúrgicos. Argumentamos politicamente e os companheiros da Barreto-Keller terminaram aceitando. Isso ocorreu em fins de maio de 1968.

A íntegra do depoimento de José Ibrahim está em “Cadernos do Presente nº 2”, que a Editora Aparte lançou esta semana. Procure seu exemplar com os vendedores de Em Tempo.

# EM TEMPO